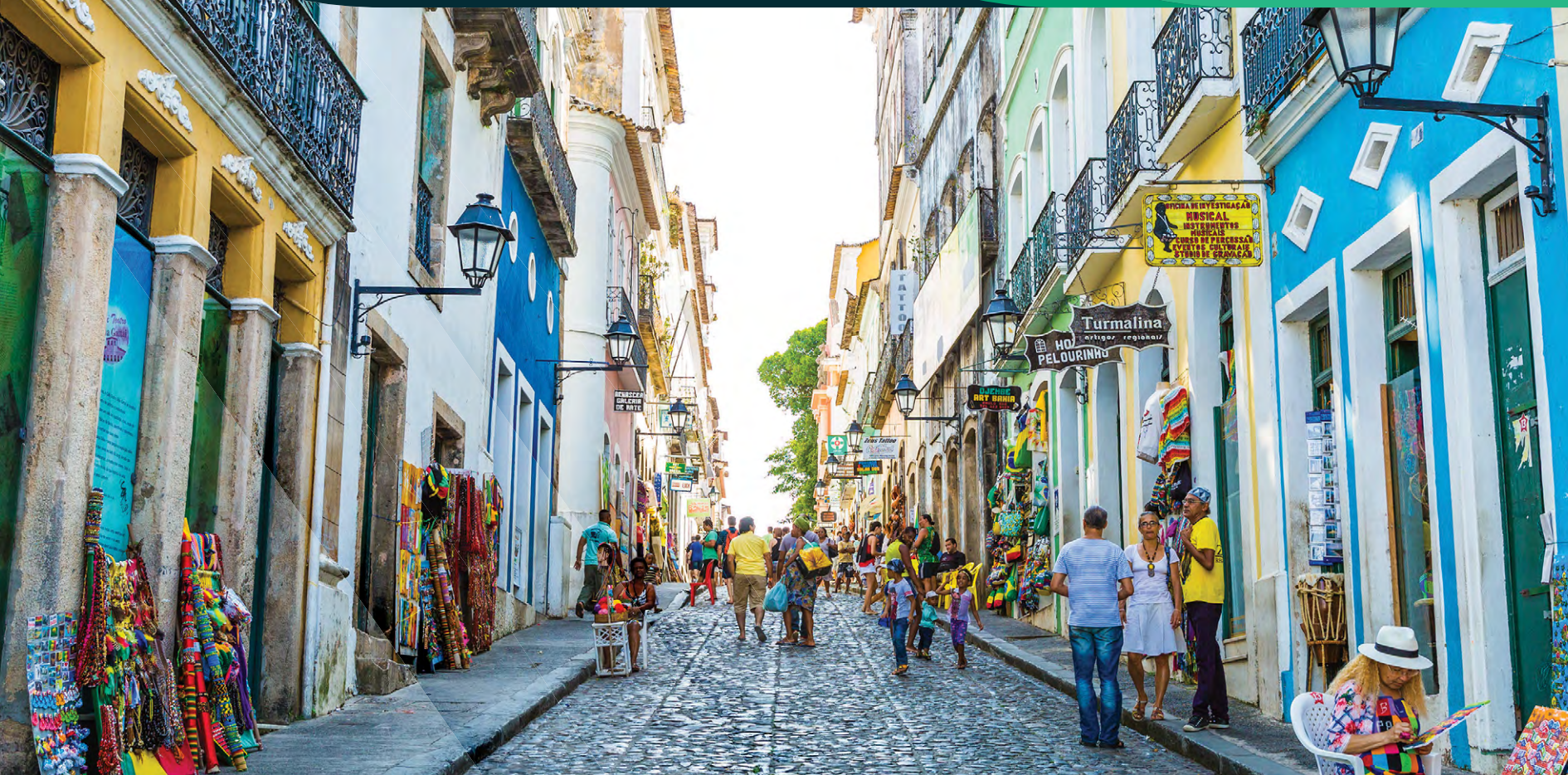


2016

RELATÓRIO ANUAL



APRESENTAÇÃO

Em atendimento à Resolução CGPC nº 23/2006 e à Instrução Normativa Previc nº 11, a Faelba torna público o seu Relatório de Atividades relativo ao exercício de 2016, contendo a síntese da gestão da Entidade no período, demonstrando os principais números da Fundação e as realizações relevantes ocorridas no referido exercício.

Este documento contém, ainda, as Demonstrações Financeiras (DF's) e Atuariais (DA's), as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, além da Manifestação do Conselho Deliberativo e o dos Pareceres do Atuário e do Conselho Fiscal da Entidade.

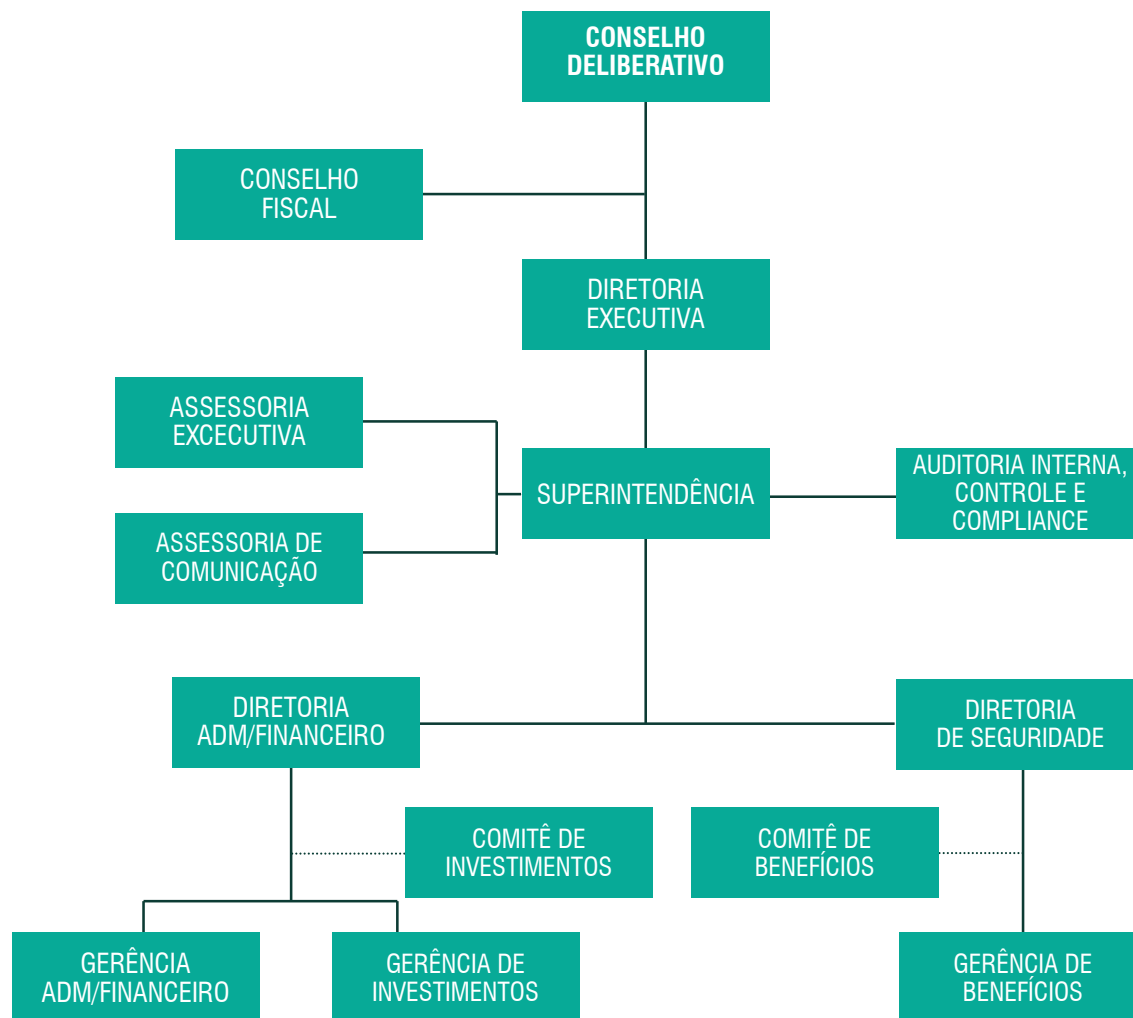


SUMÁRIO

- Pg. 1** Apresentação
- Pg. 4** Governança e Gestão Corporativa
- Pg. 5** Sistema de Gestão e Controles Internos
- Pg. 6** Gestão Previdenciária
- Pg. 7** Plano CD
- Pg. 15** Plano BD
- Pg. 27** Gestão de Investimentos
- Pg. 60** Gestão Administrativa
- Pg. 63** Principais Realizações



GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA



SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES E AUDITORIA INTERNA

Em atendimento às melhores práticas de governança aplicadas ao segmento, a FAELBA mantém em sua estrutura a metodologia de gestão de riscos baseada nos princípios e diretrizes da norma ISO 31000:2009, a qual estabelece práticas recomendáveis para uma gestão de risco integrada ao processo de governança da entidade.

Os riscos identificados são avaliados com relação ao impacto e à probabilidade de ocorrência, os quais são monitorados sistematicamente pela Auditoria Interna.

GESTÃO DE QUALIDADE

No 2º semestre de 2016, foi concluído o processo de transição da versão 2008 da norma NBR ISO 9001 para a versão 2015.

O processo ocorreu conforme o planejado, sendo todas as etapas concluídas dentro do prazo.

AUDITORIA INTERNA

As atividades da Auditoria Interna foram realizadas conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna – 2016.

Durante o exercício, foram concluídas 10 (dez) ações de auditoria, sendo elaborados 13 (treze) Relatórios de Auditoria Interna, os quais foram reportados tempestivamente ao nível gerencial adequado para conhecimento e/ou tratamento das deficiências identificadas.

Nas auditorias realizadas foram avaliados os controles implantados pelas áreas tendo por base os procedimentos e as técnicas utilizadas pela auditoria interna, resultando na opinião, com razoável segurança, acerca do controle interno das atividades objeto do exame.

O processo de avaliação dos controles observou, ainda, as boas práticas indicadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC através dos Guias de Melhores Práticas em Fundos de Pensão.

A Auditoria Interna mantém um efetivo monitoramento das recomendações relatadas aos gestores por meio de registro em papéis de trabalho próprio, onde são acompanhadas, a qualquer tempo, as ações adotadas ou em andamento para regularização das deficiências apontadas ou para a implementação das melhorias sugeridas, bem como os prazos acordados.

Os assuntos apontados nos trabalhos realizados foram objetos de recomendações visando o aprimoramento dos processos internos, gestão de riscos e governança da FAELBA.



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



PLANO CD

Plano de Contribuição Definida (CD)

1. QUADRO DE PARTICIPANTES

QUADRO PARTICIPANTE - CD													
MÊS	PATROCINADOR	INSTITUTOS					SUB TOTAL	ASSISTIDOS				SUB TOTAL	TOTAL
		ATIVOS	AUTO PATROCINADO	VINCULADOS	CANCELADOS	DESLIGADOS		APOSENTADORIA	PECÚLIO	PART. C/ SUSPENSÃO TEMPORARIA DE CONTRIB.	AGUARDANDO BENEF. PEC.		
Dezembro	Coelba	2.577	35	241	3	80	2.936	1.348	81	7	2	1.438	4.374
	Faelba	26	6	9	1	-	42	5	2	-	-	7	49
	Tracol	-	-	1	-	3	4	13	-	1	-	14	18
	Total	2.603	41	251	4	83	2.982	1.366	83	8	2	1.459	4.441

2. BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIOS PAGOS - PLANO CD										
MÊS	APOSENTADORIA (*1)		BENEFÍCIOS POR DESLIGAMENTO		PECÚLIO INVALIDEZ		PECÚLIO MORTE		QTDE.	TOTAL PAGO MÊS R\$
	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)		
Dezembro	1.166	4.182.016,57	200	681.116,25	22	83.591,01	61	85.651,12	1.449	5.032.374,95
Total	13.551	53.019.567,34	2.503	7.762.739,08	251	930.213,16	648	2.974.904,60	16.953	64.687.424,18

(1*) Aposentadoria Normal e Aposentadoria Normal Antecipada

3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, não há imperativo atuarial de rentabilidade no âmbito desse Plano, ou seja, não há meta atuarial pré-estabelecida, tendo como índice de referência IPCA + 4,5% ao ano.

A idade média dos Participantes Ativos é de 38 anos.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Não houve alteração do Regulamento neste exercício.

5. PERFIS DE INVESTIMENTO

SISTEMÁTICA DA FORMA DE MOVIMENTAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA

Para alteração dos Perfis de Investimento, todos os Participantes, Assistidos e Beneficiários, vinculados ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex) estiveram, automaticamente, habilitados à opção online, através da Internet, na área restrita do site da Faelba, no período de 1 a 15 dos meses de junho e dezembro de 2016, onde a opção pelos Perfis foi realizada apenas pelo acesso ao site da Fundação.

A todos os Participantes, Assistidos e Beneficiários do Plano CD, optantes do Perfil Diferenciado, foi dada, também, a alternativa de se manifestarem sobre a forma de movimentação da sua Reserva Matemática, isto é, estabelecendo como seriam as entradas/saídas de recursos a partir de julho de 2016 e/ou janeiro de 2017. Essa alternativa possibilitou se a entrada das Contribuições Mensais (Participante e Patrocinador, somadas às Contribuições Esporádicas, para aqueles que fazem aportes voluntários) na Reserva Matemática se daria pelo Perfil Básico, apenas, ou pela proporção do Perfil Diferenciado.

Aos Assistidos e Beneficiários foi facultada a definição do pagamento de benefício e/ou saques a partir da retirada de recursos, somente, do Perfil Básico, ou de ambos os Perfis, obedecendo à proporcionalidade da opção no Perfil Diferenciado.

A todos foi assegurada a manutenção das escolhas originais, ou seja, obedecendo à proporcionalidade da modalidade do Perfil Diferenciado, caso não houvesse manifestação pelas mudanças propostas.

6. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

Pelas características do Plano CD – Faelflex, as hipóteses que merecem ponderação são as seguintes:

INDEXADOR DO PLANO

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

A variação do valor das cotas do Plano Faelflex, ao longo de 2016, foi de 14,24% para o Perfil Básico e 13,33% para o Perfil Conservador e 24,33% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, a própria variação do valor das cotas.

ROTATIVIDADE (SAÍDA SEM DIREITO A BENEFÍCIO)

Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, não há imperativo atuarial de rentabilidade no âmbito desse Plano.

TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

A avaliação do Benefício por Morte de Participantes Ativos (análogo a um Pecúlio por Morte de Participante Ativo) está sendo feita com base em um custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição de sinistros de morte em atividade ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição de saldo, registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Riscos (a conceder), que em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 4.548.234,24.

TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

A avaliação do Benefício por Entrada em Invalidez (análogo a um Pecúlio por Entrada em Invalidez Total e Permanente) está sendo feita com base em custo obtido aplicando-se a Teoria coletiva do risco a partir da distribuição dos sinistros de entrada em invalidez (total e permanente) ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição do saldo, registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Riscos (a conceder), que em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 4.548.234,24.

7. IMPACTOS SOFRIDOS PELO PLANO

O impacto registrado pelo Plano CD no exercício de 2016 totalizou R\$ 5.528.932,05, resultantes de 62 Resgastes em parcela única, no valor global de R\$ 3.548.024,27, e do pagamento de 17 pecúlios por morte em parcela única, no montante de R\$ 1.980.907,78.

8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FAELBA, resultou no custo total de 14,55%, conforme descrito a seguir:

CUSTO (%)		
TIPO DE BENEFÍCIO	Ano anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	12,10%	12,04%
PECÚLIOS POR MORTE/INVALIDEZ *2	0,51%	0,51%
RESGATES	-	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-	-
SUB-TOTAL	12,61%	12,55%
SUPLEMENTAR	-	-
CUSTO ADMINISTRATIVO *3	2,00%	2,00%
SUB-TOTAL (2)	2,00%	2,00%
TOTAL (1)+(2)	14,61%	14,55%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos de Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custeado pelo Patrocinador através do Regime de Repartição Simples, avaliado anualmente no encerramento de cada exercício através da Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco superior ao valor mínimo atuarialmente calculado.

*3: Custeado através de contribuição, mantida em 2,00%, de responsabilidade patronal, existindo a possibilidade de se destinar, sempre que necessário, uma parcela dos retornos dos investimentos para o custeio administrativo do Plano, bem como dos recursos acumulados no Fundo Administrativo, em consonância com o orçamento elaborado no Programa de Gestão Administrativa (PGA). Para pagamento da Taxa de Custeio Administrativo dos participantes que se desligaram do patrocinador com e sem carência cumprida para requerimento de benefício pleno, benefício antecipado, ou benefício por desligamento, estando com suas reservas na FAELBA e ainda não solicitaram benefício, será cobrado o valor correspondente a taxa de custeio administrativo de acordo com a legislação vigente e com o Regulamento do Plano.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes ativos é de 38 anos.

2) O custo total reavaliado de 14,55% será custeado, no exercício de 2017, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	EM %	
	Ano anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,05%	6,02%
Contribuição Normal do Patrocinador *1	8,56%	8,53%
SUB-TOTAL	14,61%	14,55%
Custo Suplementar	-	-
Total de Contribuições (Patrocinadores + Partic. Ativos):	14,61%	14,55%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: Inclui as contribuições, que são de total responsabilidade patronal, destinadas ao custeio administrativo e ao custeio dos Benefícios de Risco.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

REFERÊNCIA	31/12/2015	31/12/2016	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	466.613.770,53	566.314.750,71	21,37%
Provisão de Benefícios a Conceder *1	542.441.143,66	544.513.743,56	0,38%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.009.054.914,19	1.110.828.494,27	10,09%

(valores em R\$)

**1 Não inclui o Saldo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 4.548.234,24 existente ao final de 2016, o qual, pelo ajuste no Plano de Contas ocorrido em 2011, deixou de ser registrado na Provisão de Benefícios a Conceder e passou a ser registrado como Fundo Atuarial (fora do Patrimônio de Cobertura do Plano) e considera o valor do Saldo relativo à valorização das cotas ainda não incorporada aos saldos anteriores de R\$ (5.173.943,85).*

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação aos Benefícios de Risco, seus custos estão sendo avaliados pelo Regime de Repartição Simples, com base na Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, tendo se mostrado suficiente para custear tais Benefícios, conforme demonstra a existência de um saldo de R\$ 4.548.234,24 no referido Fundo ao final de 2016, superando assim o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo a ser mantido nesse Fundo, reavaliado em 31/12/2016, em R\$ 2.809.301,24.
- 3) O Plano de Custeio destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto de Benefícios Previdenciários N° 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, é o seguinte:

a) **Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante:**

- R% de A% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1); e
- R% de B% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1).
onde: **R%** está definido no Regulamento do Plano; e
A% é igual a 2% e **B%** é igual a 9%

(*1): Unidade Salarial da FAELBA é igual a R\$ 3.348,35 (a preços de dezembro de 2016).

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

- b) **Contribuição (Normal) Voluntária, Mensal ou Esporádica, do Participante:** valor livremente fixado pelo Participante, feita com o objetivo de destinar mais recursos contributivos para a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.
- c) **Contribuição Normal Básica Mensal do Patrocinador:** de valor correspondente a 100% da Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante.

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador.

- d) **Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para dar cobertura aos Benefícios de Risco:** de valor igual a C% da Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo C% mantida em 0,51% para o exercício de 2017.
- e) **Contribuição Normal do Patrocinador para dar cobertura às despesas administrativas:** de valor igual a D% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo D% igual a 2,00%, para o exercício de 2017.
- f) **Contribuição Normal dos Assistidos para dar cobertura às despesas administrativas:** de valor igual ao que vier a ser fixado pelo Conselho Deliberativo da FAELBA, estando atualmente prevista a sua cobrança.

4) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários N° 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que ao longo exercício de 2016 obteve uma variação de 14,24% para o Perfil Básico e 13,33% para o Perfil Conservador e 24,33% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Os dados cadastrais enviados pela FAELBA foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta D.A..

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA ser basicamente do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, mas tão somente saldo no Fundo Coletivo do Benefício de Risco.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de Benefícios de Risco a Conceder, pagos na forma de Pecúlio, por Morte em Atividade ou por Entrada em Invalidez, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo regime de repartição simples, com base em custo obtido aplicando-se a Teoria Coletiva do Risco a partir da distribuição dos sinistros de morte em atividade e de entrada em invalidez (total e permanente) ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos, o que vem demonstrando ser suficiente, permitindo a constituição de saldo, registrado no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder) que, em 31/12/2016, alcançou o valor de R\$ 4.548.234,24, sendo que, em 31/12/2015, esse saldo era de R\$ 3.939.300,04. (Deve-se destacar que tal saldo de R\$ 4.548.234,24 em 31/12/2016, supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 2.809.301,24). Quanto aos demais benefícios, por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2017

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

PLANO BD

Plano de Benefício Definido (BD)

1. QUADRO DE PARTICIPANTES

QUADRO DE PARTICIPANTES - PLANO BD										
MÊS	PARTICIPANTES				ASSISTIDOS					TOTAL GERAL
					APOSENTADORIAS					
	ATIVOS	AGUARDANDO PENSIONISTA	PENSÕES	SUB TOTAL	TEMPO DE SERVIÇO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	SUB TOTAL	
Dezembro	5	23	251	279	491	6	91	98	686	965

2. BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIOS PAGOS - PLANO BD												
MÊS	APOSENTADORIAS*								PENSÃO		QTDE. MÊS	TOTAL PAGO MÊS (R\$)
	ESPECIAL		INVALIDEZ		T. SERVIÇO		IDADE					
	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)	QTDE.	VALOR (R\$)		
Dezembro	91	202.226,54	98	172.832,65	491	1.468.890,03	6	14.651,04	251	346.399,36	937	2.204.999,62
Total	1.128	2.553.385,00	1.222	2.144.360,00	5.951	18.124.281,00	96	215.527,00	2.971	4.237.687,00	11.122	27.275.240,00

*No mês de Dezembro/2016 não houve pagamento de Benefício a 8 Assistidos em função da suspensão do Benefício pelo não Recadastramento Anual.

3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Este Plano está fechado a novas adesões de Participantes desde 30/09/1998 e saldado para novas contribuições desde 31/12/2010.

NOTA: A idade média dos Participantes Ativos é de 59 anos.

Face à situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução total das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

O Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 foi alterado o item 51 caput e 61 caput, em atendimento a determinação da PREVIC, para adequação da nova regra de solvência, de acordo com o Art. 1º da Resolução CNPC nº 22/2015.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

HIPÓTESE: TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Ao longo de 2016, a meta atuarial de rentabilidade do Plano era de 4,10% ao ano, tendo sido obtido 6,16% ao ano, superando a meta atuarial real esperada para o exercício.

HIPÓTESE: PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO (ANUAL)

Ao longo de 2016, o Salário Real de Contribuição cresceu em relação ao INPC do IBGE, em termos reais, em 2,34%, tendo sido projetado para o ano de 2016 um crescimento real de 2,43% ao ano.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE

A inflação de 2016, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, ficou próxima de 7,39% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado para o exercício de 0% ao ano.

HIPÓTESE: ROTATIVIDADE (SAÍDA SEM DIREITO A BENEFÍCIO)

Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 30/09/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média bastante próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com o Patrocinador antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício. Nesse contexto, adotou-se Rotatividade Nula, o que representa uma hipótese mais conservadora para o Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Foram apresentados através do JM/0209/2017, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, que nos levaram à conclusão de que há necessidade para adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, considerando que a Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%” não apresenta mais aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas vitalícios não inválidos, sendo necessária a sua substituição.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, conforme consta no JM/0209/2017, indicamos adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^I = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como por seus respectivos resultados demonstrarem plena aderência a mortalidade de inválidos do Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Foi apresentado através do JM/1418/2015, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indica manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), considerando que é realizado o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez da atual massa de 5 Participantes Ativos do Plano BD da Faelba para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

HIPÓTESE: COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

É adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidas. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, na qual a última revisão foi realizada ao longo do exercício de 2015, tomando por base o cadastro da Faelba, cujos resultados foram apresentados através do JM/2266/2015.

HIPÓTESE: INDEXADOR DO PLANO

O índice de 7,39% corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2015 a novembro/2016, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem.

O Indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, que expressa a perda do poder aquisitivo da renda dos trabalhadores.

HIPÓTESE: ENTRADA EM APOSENTADORIA

No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores demonstrando que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

6. ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DA TAXA REAL DE JUROS ATUARIAL

O Estudo de Adequação e Aderência da Taxa Real de Juros Anual do Plano de Benefícios Previdenciários N° 002 da Faelba, conduziu à viabilidade de alcance de uma Taxa Real de Juros Anual de 5,21% ao ano, ou seja, que encontra-se no intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC N° 186 de 28/04/2016 para a Duração do Passivo de 9,45 anos, que varia 4,33% ao ano até 6,59% ao ano, considerando a ETTJ de 6,19% correspondente à média de três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

Porém, como a perspectiva de obtenção de taxa real de juros ao longo dos anos futuros através da projeção da carteira de investimentos do Plano de Benefícios Previdenciários N° 002 da Faelba é de aproximadamente 5,21% ao ano, ou seja, a projeção do retorno dos investimentos, realizada considerando os parâmetros estabelecidos na legislação vigente, estabelece um retorno líquido pouco superior a atual taxa de juros adotada no Plano de Benefícios Previdenciários N° 002 da Faelba de 4,10% ao ano, tendo em vista que a flutuação que ocorre na Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média corresponde à média de apenas três anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA que fez com que a taxa mínima a ser adotada no Plano seguisse um patamar mínimo de 4,33% ao ano.

7. SUPERÁVIT

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ 87.150.167,59
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 10.483.375,68
Adoção da Taxa Real de Juros de 4,33% a.a.	R\$ 9.404.615,00
Adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”	R\$ (15.426.788,80)
Adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”	R\$ (872.673,20)
Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 5.640.154,33
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ (9.657.095,09)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016 (*4)	R\$ 75.441.446,85

(*1): $R\$ 87.150.167,59 = 77.958.822,43 \times 1,1179$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FAELBA para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 2,44% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 395.188.302,00 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2016. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como “Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Superávit Técnico Acumulado contabilizado como Reserva de Contingência, que representa 19,09% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 395.188.302,00, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que, neste exercício de 2016, está sendo realizada a destinação obrigatória integral do valor apurado a título de Reserva Especial para Revisão de Plano após o decurso de 3 exercícios consecutivos, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros/descontos de 4,33% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 9,09 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

INEXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas, desde 31/12/2010.

8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) Face a situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução integral das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes ativos é de 61 anos.

2) Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2015 para o final do ano 2016, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

REFERÊNCIA	31/12/2015	31/12/2016	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	363.242.921,89	387.951.807,00	6,80%
Provisão de Benefícios a Conceder (*1)	6.152.723,18	7.236.495,00	17,61%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	369.395.645,07	395.188.302,00	6,98%

(valores em R\$)

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 002 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 30/09/1998, a novas adesões de participantes, face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,33% ao ano, em função da necessidade de adequação ao limite para adoção de Taxa Real de Juros estabelecido pela legislação vigente e das Tábuas de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%” e de Mortalidade de inválidos “ $q_x^i = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”, adotadas em função dos resultados apresentados no Estudo de Adequação de Hipóteses do Plano, apresentou em 31/12/2016, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 81.081.601,18, equivalente a 20,52% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 395.188.302,00, cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 75.441.446,85 discriminado como Reserva de Contingência (equivalente a 19,09% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 5.640.154,33, como Reserva Especial para Revisão de Plano.
- 2) Conforme estabelecido na ATA da 371ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da FAELBA, realizada em 16 de fevereiro de 2017, o Conselho Deliberativo aprovou a destinação obrigatória integral da Reserva Especial para Revisão de Plano apurada em 31/12/2016, após o decurso de 3 (três) exercícios consecutivos, no valor de R\$ 5.640.154,33, distribuídos à razão de 53,434024% para Participantes e Assistidos e 46,565976% para o Patrocinador (proporção calculada conforme JM/2415/2014 e JM/3043/2014 apresentados em resposta ao Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014 da PREVIC que trata sobre “Destinação de Reserva Especial do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002, CNPB nº 1974.0005-83, com reversão de valores ao patrocinador”), conforme segue: R\$ 2.980.578,98 para os Assistidos, para pagamento de benefício temporário de valor igual a 1,352616 Benefícios (valor-base de dezembro de 2016), divididos em 02 (duas) parcelas iguais, que serão creditadas na folha de benefício em meses alternados e atualizadas pela rentabilidade do Plano; R\$ 33.182,43 destinados aos Participantes, inclusive autopatrocinados e optantes pelo BPD, para pagamento de 1,352616 benefícios à vista, por ocasião da concessão da complementação de aposentadoria; e R\$ 2.626.392,92 destinados ao Patrocinador COELBA, a título de reversão de contribuições, em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas. Toda a destinação será efetuada a contar do mês seguinte à aprovação pela PREVIC, em conformidade com o Regulamento do Plano. O Conselho ressalta ainda que:

“aprovou a destinação do pagamento do Benefício Temporário em 02 parcelas, procurando atender as recomendações da PREVIC, uma vez que, que as parcelas a serem pagas ficam abaixo do valor do benefício mensal, além do que a aprovação da alteração das Tábuas Biométricas que tratavam da Mortalidade dos Assistidos e dos Inválidos demonstra a preocupação da Fundação com a longevidade do Plano e o equilíbrio atuarial, econômico e financeiro do Plano conforme previsto na legislação, sem se descuidar de atender as recomendações da PREVIC e as expectativas de seu público principal os assistidos da FAELBA.”

Abertura resumo da destinação com base na proporção de 53,434024% para Participantes e Assistidos e 46,565976% para o Patrocinador:

RECEBEDOR	VALOR
Participantes	R\$ 33.182,43
Assistidos	R\$ 2.980.578,98
Patrocinador Coelba	R\$ 2.626.392,92
Total	R\$ 5.640.154,33

(valores em R\$)

Sendo esses valores, revertidos para os Fundos Previdenciais constantes na “Letra f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:” desta Demonstração Atuarial, conforme estabelecido na NOTA TÉCNICA ATUARIAL, relativa ao Plano de Benefícios Previdenciários BD Nº 002 da FAELBA (CNPB: 1974.0005-83), incluindo as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

NOTA: Paralelamente a destinação realizada no exercício de 2016, os totais apresentados na “Subseção f)”, contemplam reversões de valores anteriormente contabilizados na “Subseção e)”, considerando as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

- 3) Destacamos ainda que, para destinação de R\$ 5.640.154,33, na proporção de aproximadamente 53,434024% para os Participantes e Assistidos e de 46,565976% para o Patrocinador, foram utilizados os princípios apresentados pela legislação vigente, com destaque para os seguintes parâmetros:
 - a) utilização da tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 Suavizada em 10% (dez por cento), sendo adotada nesta avaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2016 a Tábua “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, observado o disposto nos subitens 2.1 e 4.8 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 2006, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial;

- b) utilização da taxa real de juros de 4,33% ao ano, observando o limite máximo correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, reduzida em ao menos um ponto percentual, teto este correspondente ao intervalo compreendido entre 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano acima da taxa de juros parâmetro, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial, destacado abaixo:

TAXA DE JUROS	TAXA ADOTADA (*1)	TAXA LIMITE (*2)	TAXA PARÂMETRO	TAXA MÁXIMA (*3)
Valor (% a.a)	4,33%	5,59%	6,19%	6,59%

(*1) Taxa de juros correspondente ao limite mínimo estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006 e Portaria PREVIC/DIACE nº 186 de 28/04/2016;

(*2) Taxa de juros correspondente ao limite máximo estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006, reduzida em um ponto percentual, conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008; e

(*3) Taxa de juros correspondente ao limite máximo estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução nº 18/2006, considerando a duração do passivo calculada em 9,45, com base na Resolução CGPC nº 18/2006 e Portaria PREVIC/DIACE nº 186 de 28/04/2016.

- c) anteriormente à destinação, foi observado que caso o valor do ajuste de precificação, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na nesta avaliação atuarial de 4,33% ao ano, e o valor contábil desses títulos, fosse negativo, seria deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, sendo o valor desse ajuste de precificação igual a R\$ 44.961.689,45 em 31/12/2016.

- 4) Os principais fatores que influenciaram para aumento ou redução significativa dos compromissos atuariais na avaliação atuarial, são os seguintes:

Adoção da Taxa Real de Juros de 4,33% ao ano (- R\$ 9 milhões no valor das Provisões Matemáticas); e

Adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%” e de Mortalidade de inválidos “ $q_x^i = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)” (+ R\$ 16 milhões no valor das Provisões Matemáticas).

5) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: “ q_x da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^i = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”;
- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA);
- Rotatividade: Considerada Nula;
- Taxa real de juros/desconto: 4,33% ao ano;
- Projeção de Crescimento Real de Salários: 2,43% ao ano;
- Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição;
- Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada uma Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, revisada periodicamente;
- Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 100% (que é compatível, inclusive, com uma inflação anual média nula ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano); e
- Entrada em Aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições, previstas no Regulamento do Plano Previdenciário de Benefício Definido nº 002, para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução. Caso não cumpra as condições em sua integridade poderá receber o seu benefício com reduções, prevista no já mencionado Regulamento.

6) Para o exercício de 2017, está sendo mantida, face à situação atuarial do Plano, em conformidade com a legislação aplicável, a não cobrança de contribuição dos participantes (inclusive os assistidos) e do Patrocinador para o custeio dos benefícios. O custeio das despesas administrativas de responsabilidade do Patrocinador, será feito com base no Fundo Administrativo, sendo que, quando da reversão do FUNDO COELBA em favor do Patrocinador COELBA, na forma permitida pela legislação aplicável, 15% das reversões efetivamente realizadas ocorrerão na forma de transferência para o Fundo Administrativo.

A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2016, foi de 13,99%, contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,79% o que, em termos reais, representou obter 6,16% contra uma expectativa atuarial de 4,10% ao ano em vigor durante o exercício de 2016, adotando-se o INPC do IBGE, aplicado com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do Plano.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão de Plano (antes de sua destinação integral após o decurso de 3 exercícios consecutivos), atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas nesta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-reclusão, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FAELBA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, o qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, refletida nesta D.A..

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2015 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2016 (*1)	R\$ 87.150.167,59
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2016 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 10.483.375,68
Adoção da Taxa Real de Juros de 4,33% a.a.	R\$ 9.404.615,00
Adoção da Tábua de Mortalidade Geral "qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%"	R\$ (15.426.788,80)
Adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos "qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)"	R\$ (872.673,20)
Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 5.640.154,33
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ (9.657.095,09)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2016 (*4)	R\$ 75.441.446,85

(*1): $R\$ 87.150.167,59 = 77.958.822,43 \times 1,1179$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FAELBA para 31/12/2016 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2015 evoluído para 31/12/2016 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 2,44% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 395.188.302,00 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2016. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse ganho residual, está sendo designado como "Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Superávit Técnico Acumulado contabilizado como Reserva de Contingência, que representa 19,09% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2016, que foi de R\$ 395.188.302,00, além de ser o percentual a ser observado no caso de equacionamento de resultado deficitário.

NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que, neste exercício de 2016, está sendo realizada a destinação obrigatória integral do valor apurado a título de Reserva Especial para Revisão de Plano após o decurso de 3 exercícios consecutivos, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros / descontos de 4,33% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de } 9,09 \text{ anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, no que se refere ao Benefício de Auxílio-Reclusão, o mesmo está avaliado em conjunto com o Benefício de Pensão por Morte.

Rio de Janeiro, 10 de Março de 2017

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

Incerteza, mudanças e muita, muita volatilidade. Talvez essas sejam as palavras que melhor definam ano de 2016, do ponto de vista político e econômico. Sem dúvida era um cenário esperado, diante dos antecedentes resultantes do já conturbado ano anterior, contudo, a intensidade e recorrência dos acontecimentos disruptivos ao longo do ano, sobrepujaram em larga monta as previsões econômicas, tanto do ponto de vista externo, quanto do ponto de vista interno.

No âmbito externo, ainda em janeiro tivemos uma interrupção dos negócios nas principais bolsas de valores chinesas – numa tentativa do governo de evitar o colapso de uma bolha do mercado acionário, que até então vinha sendo inflada através de créditos para pessoas físicas. Esse evento contribuiu para aumento da volatilidade e aversão a risco em todo o mundo, dando mostras do que estava por vir. Como não poderia ser diferente – dada a relevância da China para economia mundial, e do peso que representa para nossa balança comercial – o Brasil foi afetado de forma aguda, com aumento substancial do dólar e queda da bolsa.

No front Europeu, no mês de junho tivemos o surpreendente resultado do plebiscito que deliberou sobre a saída do Reino Unido da União Europeia. Depois de 43 anos, 52% dos britânicos votaram por deixar o bloco europeu - a despeito de todos os prognósticos das agências de pesquisa - no movimento que ficou conhecido como Brexit. Esse movimento acrescentou volatilidade aos mercados globais, devido a preocupações com relação à manutenção do bloco econômico europeu, diante do crescimento de movimentos separatistas liderados por políticos de extrema direita.

Ainda na Europa, outro fator que mexeu sobremaneira com os mercados foi a preocupação em torno da saúde dos bancos da região. Ainda no começo do ano, o centenário banco italiano Monte Dei Paschi apresentou desequilíbrios no seu balanço, suscitando desconfiância quanto a necessidade de capitalização do banco, e, sobretudo quanto a solvência do sistema financeiro da Itália, a quarta maior economia da zona do Euro. Além disso, o gigante alemão Deutsche Bank também apresentou problemas de capitalização ao longo do ano, o que ratificou as preocupações em torno do sistema financeiro do bloco europeu, e atestou a inviabilidade do atual regime de política monetária, materializado por taxas de juros próximas a zero e pelo programa de recompra de títulos, chamado *quantitative easing*.

No continente asiático, em novembro o Japão manteve seu programa de estímulo monetário, mantendo a taxa de juros de curto prazo no campo negativo, em -0,1%, e a taxa de juros para 10 anos em 0%. As medidas têm como objetivo elevar a inflação japonesa para 2%, e elevar o PIB do país. Apesar disso, a autoridade monetária do país chamou atenção para o risco de manter o afrouxamento monetário por um período prolongado, o que ampliou a discussão em torno da eficácia dos programas de *quantitative easing*, adotados atualmente por diversos países, sobretudo europeus.

Na China, após um início de ano turbulento, com dúvidas em relação à desaceleração aguda do crescimento da economia chinesa (*hard landing*), e a preocupação em torno de uma possível bolha de crédito, o gigante asiático conseguiu entregar o crescimento projetado, e continua direcionando esforços para migrar sua matriz econômica de um modelo baseado em investimentos para uma economia voltada para consumo. Além disso, o país vem adotando medidas para restringir o mercado de crédito informal. A China encerrou o ano com um crescimento de 6,7% do PIB.



Nos Estados Unidos, na maior parte do ano, os indicadores econômicos caminharam de acordo com as perspectivas traçadas. O PIB (Produto Interno Bruto) – indicador que mede o desempenho da economia – cresceu em torno de 1,6%, abaixo do ano anterior, mas em linha com as expectativas. Além disso, o mercado de trabalho continuou avançando rumo ao pleno emprego, e fechou o ano com uma taxa de desemprego próxima a 6%, o que contribuiu para aceleração da taxa de inflação, que girou em torno de 2%.

Entretanto, as surpresas nos Estados Unidos ficaram para o último trimestre do ano, e elas adicionaram ainda mais turbulências aos mercados globais. Em novembro, contrariando todas as pesquisas eleitorais, e todo o *status quo* da política dominante, o republicano Donald Trump sagrou-se vencedor das eleições americanas, com um discurso extremamente nacionalista e protecionista, aumentando ainda mais a preocupação em torno das agendas de extrema direita - que vêm crescendo de forma consistente em toda a Europa. Já em dezembro, o Federal Reserve (FED) optou por aumentar a taxa de juros americana em 25 pontos percentuais, dado o aumento da inflação, bem como a vitória de Donald Trump, tendo em vista a retórica de expansionismo fiscal deste.

No Brasil, ano de 2016 começou com incertezas em relação ao estado da economia brasileira, bem como a condução de sua política macroeconômica. Em fevereiro, Nelson Barbosa, ministro da Fazenda recém-empossado pela então presidente Dilma Rousseff para substituir Joaquim Levy, informou que o resultado primário das contas públicas seria um déficit de R\$ 60,2 bilhões em lugar do superávit de R\$ 30,5 bilhões aprovado em 2015. Um mês depois, Barbosa ampliou a previsão de déficit para R\$ 96,7 bilhões. Contudo, esse déficit se mostrou muito aquém do número real, como ficaria claro com o passar do tempo. Essa tentativa do governo de ocultar a gravidade do problema através de diversos subterfúgios levou a agência de classificação de Risco Moody's a reduzir a nota de crédito do Brasil em dois níveis, passando a figurar como grau especulativo.

O agravamento da crise econômica aliada à crise institucional oriunda da Operação Lava Jato culminou na abertura do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. A partir de então o governo passou a arregimentar suas forças para manter a posição de *situação*, trazendo inclusive o ex-presidente Lula para atuar na articulação política. Contudo, com o agravamento das denúncias em torno dos principais membros do governo - inclusive do próprio Lula – as chances do impedimento da presidente avançar passaram a ser substanciais. Em meados de março, a então presidente nomeou Lula como ministro da Casa Civil. No entanto, o juiz Sérgio Moro autorizou a divulgação de uma conversa comprometedoras entre os dois, o que resultou na derradeira derrocada do capital político do governo no Congresso. Em abril a Câmara aprovaria o processo de impeachment, e em agosto o Senado aprovaria o afastamento definitivo da presidente, e o país passaria a ser dirigido de forma definitiva pelo vice-presidente Michel Temer, que vinha administrando o país interinamente desde maio.

Uma das primeiras medidas adotadas por Michel Temer - ainda como interino - foi reformular a equipe econômica. Numa tentativa de reconquistar a credibilidade perdida e enfrentar a crise econômica, o então presidente nomeou uma equipe composta por *notáveis*, dentre eles o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meireles, o economista chefe e sócio do Banco Itaú, Ilan Goldfajn, e o economista Mansueto Almeida.

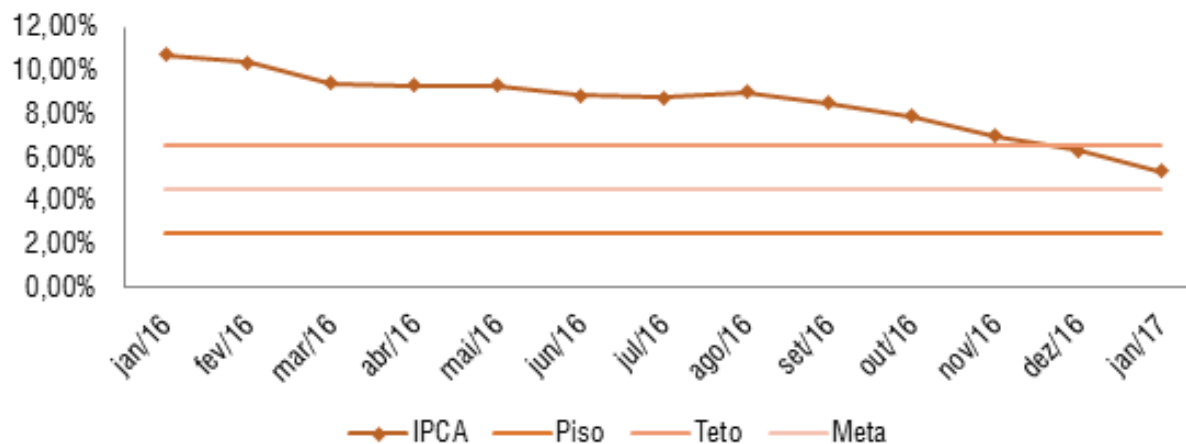
A nova equipe econômica chegou apresentando propostas de cunho estrutural como a PEC do Teto dos Gastos e a Reforma da Previdência, idealizadas para equacionar o déficit fiscal do país. Para conter o crescimento dos gastos obrigatórios, que não podem ser contingenciados (bloqueados), a PEC do Teto dos Gastos foi aprovada em segundo turno pelo Senado em 13 de dezembro.

A medida estabelece um teto para os gastos públicos, que devem ficar vinculados à inflação do ano anterior por um período de 20 anos. O governo apresentou em dezembro os detalhes da reforma da Previdência. A proposta encaminhada ao Congresso Nacional estabelece a idade mínima de 65 anos para que homens e mulheres se aposentem e um tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

Outra medida tomada pelo governo no segundo semestre para ajudar no resultado da arrecadação de impostos e contribuições foi a Lei da Repatriação, que autorizou a regularização de recursos no exterior mediante pagamento de 15% de Imposto de Renda e 15% de multa. A arrecadação com a medida chegou a R\$ 45,7 bilhões. Desse total, a União repassou R\$ 9,4 bilhões de Imposto de Renda a estados e municípios, que recorreram à Justiça para receberem a repartição da multa. No fim de novembro, o governo fechou um acordo para os estados receberem R\$ 5,3 bilhões da multa mediante medidas de ajuste fiscal. No início de dezembro, o presidente Michel Temer anunciou o repasse de uma parcela das multas também aos municípios.

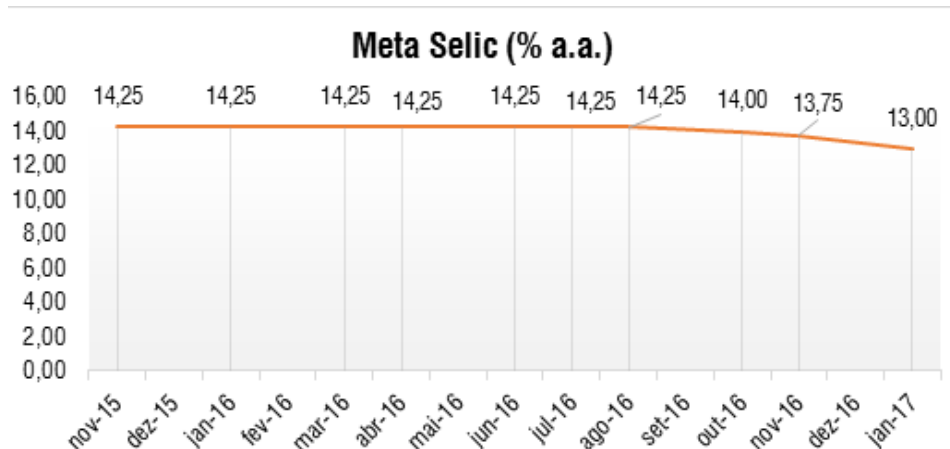
A inflação iniciou 2016 em aceleração e com projeções do mercado financeiro bem acima do teto da meta, de 6,5%. Em janeiro, a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), teve variação de 1,27%, com aceleração em relação a dezembro (0,96%). Em 12 meses, a inflação ficou muito acima do teto da meta, chegando a 10,71%, superior aos 10,67% registrados em 2015. As projeções das instituições financeiras indicavam inflação em torno de 7,5% para o fechamento de 2016. Ao longo do ano, a inflação desacelerou de forma acentuada, e surpreendendo todas as expectativas, o IPCA encerrou o ano em 6,29% dentro do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. O Banco Central (BC) classificou a redução da inflação como “surpresa positiva”. A recessão econômica, o aumento do desemprego e a política monetária contribuíram para o processo de desinflação.

IPCA - 12 meses



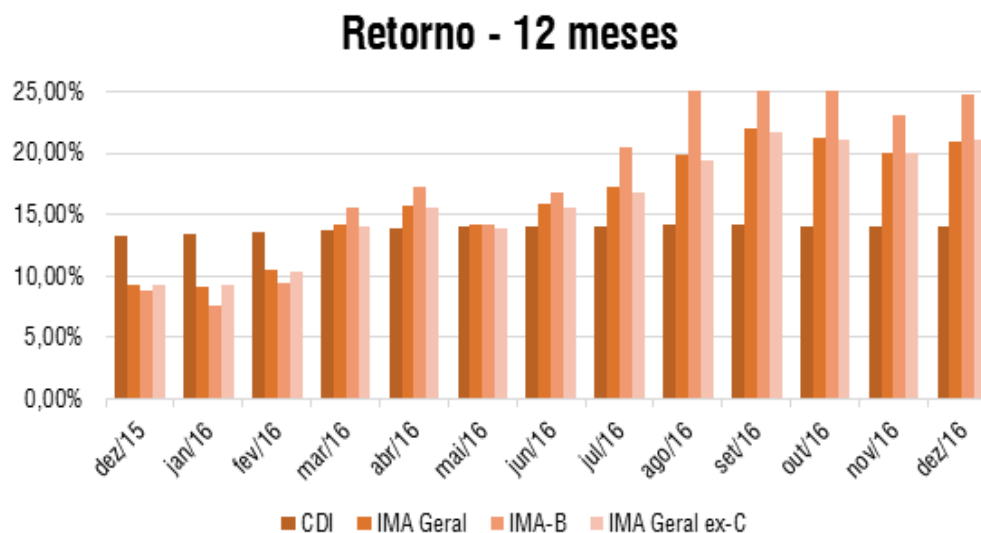
Fonte: Quantum Axis

Sem dúvida, a política monetária foi um dos destaques para processo de desinflação nos últimos meses do ano. O Banco Central iniciou em outubro o ciclo de corte da taxa básica de juros (SELIC). Na reunião de outubro o COPOM fez a primeira redução de 0,25% e na última reunião de 2016, em novembro, diminuiu em mais 0,25%, levando a taxa a encerrar 2016 em 13,75% ao ano, com perspectiva de novas reduções em 2017, haja vista que dada a fraqueza da atividade econômica e o desemprego ainda crescente, a perspectiva é que a inflação continue desacelerando.



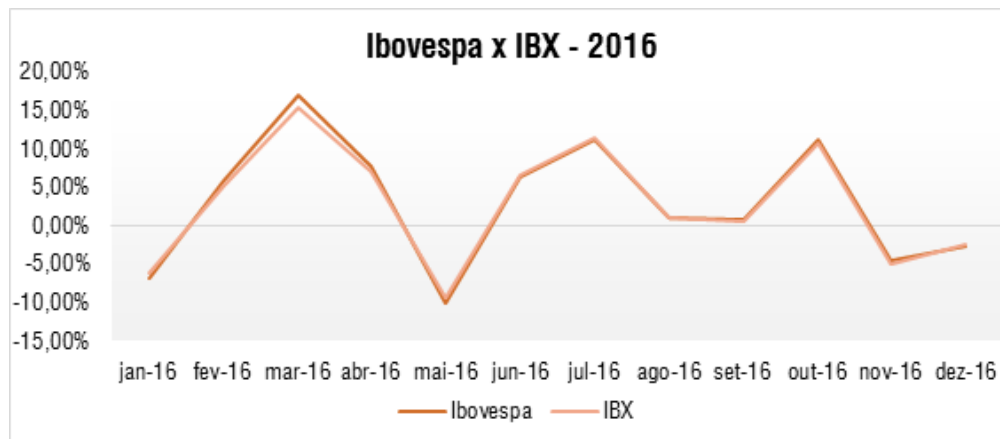
Fonte: BACEN

Essa expectativa em torno de maior distensão da política monetária impactou de forma pronunciada as curvas de juro, culminando no fechamento generalizado, sobretudo nos vértices intermediários. Desse modo, apesar da maior volatilidade, os investimentos em renda fixa apresentaram resultados consistentes ao longo do ano, sobretudo no segundo semestre.



Fonte: Quantum Axis

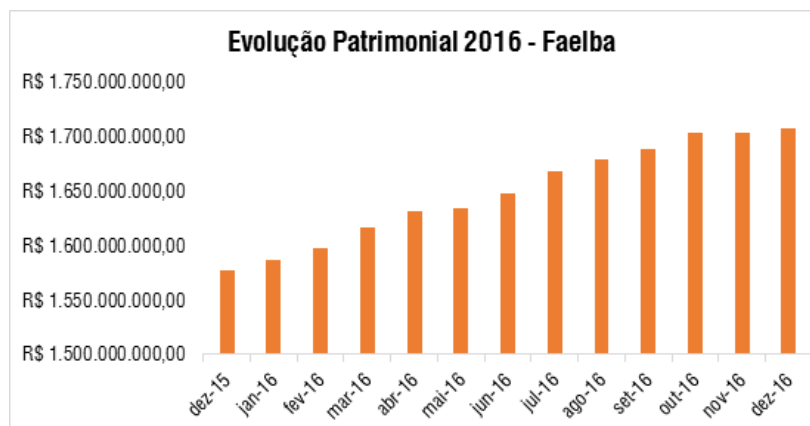
Outro destaque do ano foi o desempenho da bolsa de valores. Na esteira dos acontecimentos políticos e do aumento da confiança em torno da nova equipe econômica, as ações brasileiras – antecipando-se, tal qual esperado – observaram valorização expressiva no ano de 2016. O índice Bovespa teve desempenho superior a 38% no ano, e algumas ações de maior liquidez e *beta* elevado apresentaram valorizações superiores a 100%, como a Petrobras, por exemplo, que passou a ser vista com viés positivo após a reestruturação do seu corpo executivo. Além das variáveis política e econômica, contribuiu significativamente a redução do CDS (*Credit Default Swap*) brasileiro, haja vista que este, junto com o *rating* soberano, é um dos principais fatores observados pelo investidor estrangeiro para alocação de capital no país.



Fonte: Quantum Axis

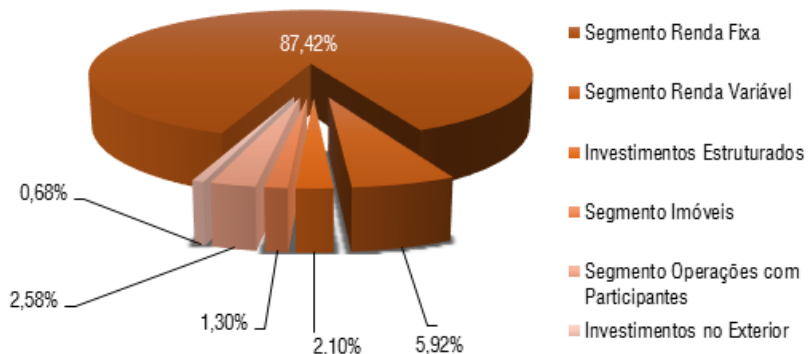
2. PATRIMÔNIO GERAL

O Patrimônio da FAELBA apresentou um crescimento de 8,25% no ano de 2016 fechando dezembro com R\$ 1.708.115.230,67.



2.1. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

FAELBA - PATRIMÔNIO SOB GESTÃO



Ao término do ano, do total do patrimônio, 87,42% estava alocado em renda fixa – um aumento de cerca de 1% em relação a 2015. Já em relação à renda variável, o montante alocado representou 5,92% do patrimônio, o que representa uma redução de cerca de 17% em relação ao ano anterior. De modo geral, essas alterações refletem as opções de perfil feitas pelos participantes ao longo do ano. As operações com participantes tiveram representatividade de 2,58% do total do patrimônio. O segmento de investimentos estruturados representou 2,10% do total, em um incremento 34,62% em relação a 2015. Esse incremento, além da rentabilidade obtida, espelha um aumento das alocações no segmento de multimercados estruturados. Os imóveis representaram parcela 1,30% frente ao patrimônio total. Por fim aparecem os Investimentos no Exterior, com 0,68% do patrimônio.

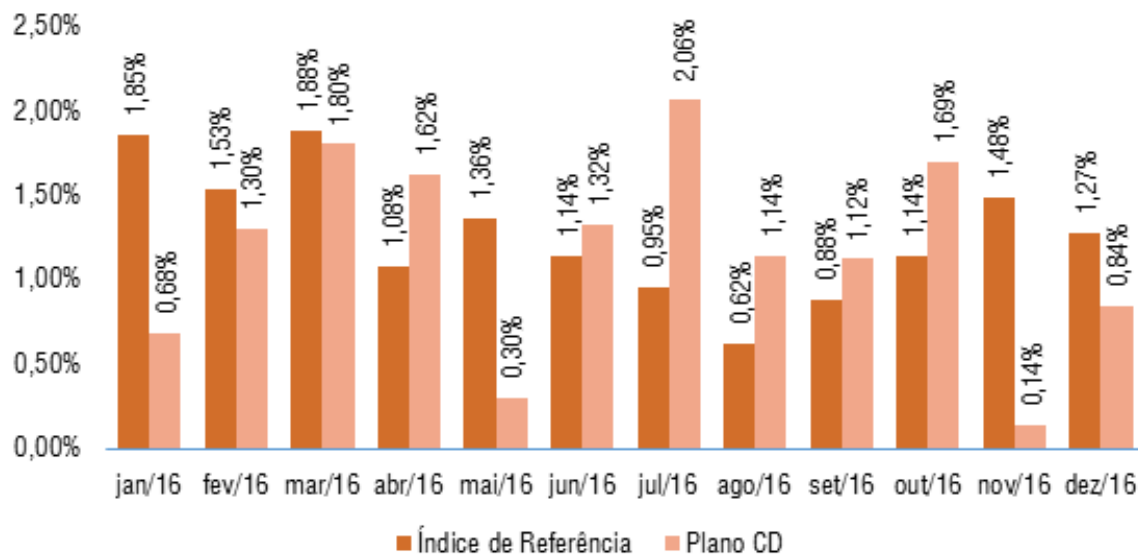
3. RENTABILIDADE ANUAL E PATRIMÔNIO POR PLANO

Em que pese o cenário de incertezas e de alta volatilidade, o mercado de capitais brasileiro apresentou bons resultados, tanto em renda fixa, quanto em renda variável. Nesse contexto, os planos da Faelba conseguiram capturar boa parte desses ganhos, mesmo sem elevar sua exposição a risco. O destaque ficou por conta do Plano CD, cuja rentabilidade foi de 14,89%, cerca de 60% superior ao resultado de 2015 (9,26%). Contribuíram para este desempenho tanto a carteira de renda fixa, que se beneficiou do fechamento da curva de juros, como a carteira de renda variável, que conseguiu capturar boa parte do desempenho do mercado acionário. O plano BD apresentou performance de 13,99%, em linha com a expectativa, haja vista a maior parte dos ativos que compõem sua carteira estão marcados na curva, o que atenua sobremaneira os impactos das oscilações nos preços dos ativos.

SEGMENTOS	PATRIMÔNIO R\$	RENTABILIDADE 2016
Plano BD	541.196.838,09	13,99%
Plano CD	1.128.198.979,84	14,89%
Plano PGA	38.719.412,74	13,72%

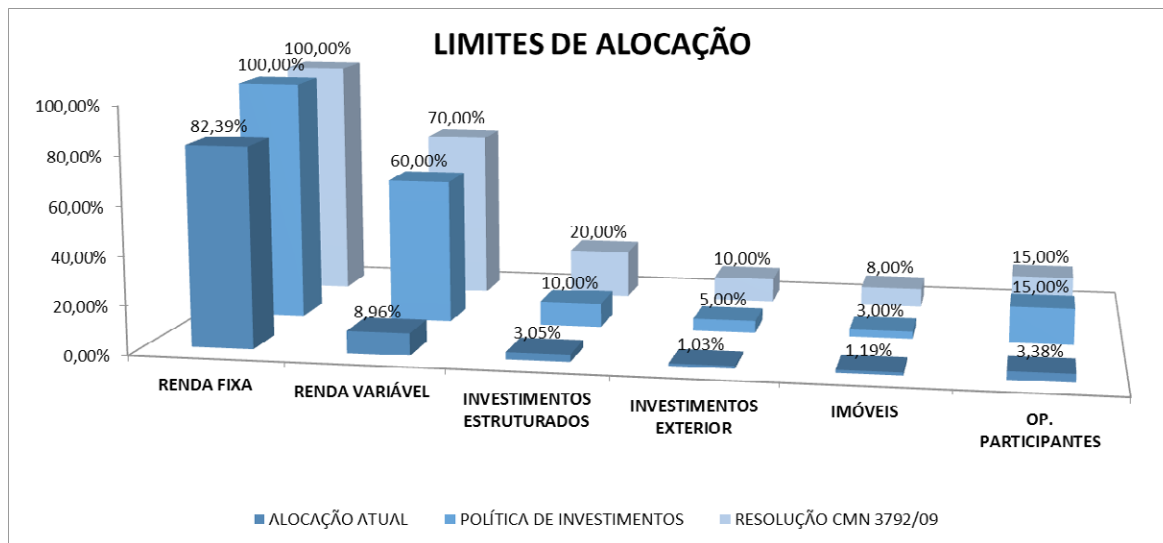
3.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)

O Plano CD apresentou retorno de 14,89%, acima do seu índice de referência (IPCA + 4,5%), o qual apresentou rentabilidade de 11,05% no acumulado do ano. Em que pese o cenário permeado por incertezas e volatilidade, tanto os ativos de renda fixa, quanto os ativos de risco apresentaram excelentes resultados ao final de 2016 - influenciados, sobretudo pelo processo de *impeachment* – e a carteira de ativos da Fundação conseguiu capturar esses ganhos em grande medida. Quase todos os segmentos apresentaram resultados positivos, com exceção do segmento de investimentos no exterior que apresentou resultado negativo. O grande destaque ficou para renda variável, com retorno de 25,20%, seguida pela renda fixa com 14,36%, operações com participantes, com 13,35%, investimentos estruturados, com 12,57%, e imóveis, com 7,58%. O segmento de investimentos no exterior apresentou resultado negativo de -14,58%.



3.1.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para 2016, a Faelba alterou o índice de referência do Plano CD de INPC +4,5% para IPCA +4,5% ao ano. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos, foram:



Os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade seguem abaixo:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,5% a.a	IPCA + 4,5% a.a
Renda Fixa	IPCA + 4,5% a.a	IPCA + 4,5% a.a
Renda Variável	IBrX + 3% a.a	IPCA + 9,59% a.a
Investimentos Estruturados	120% do CDI a.a	IPCA + 6,36% a.a
Investimentos no Exterior	MSCI a.a	MSCI a.a.
Imóveis	INPC a.a	INPC a.a.
Operações com Participantes	IPCA + 4,60% a.a	IPCA + 4,60% a.a

No caso do Plano CD da FAELBA, as metas de rentabilidade não se configuram como obrigação.

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota uma estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo etc. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos financeiros inerentes a cada mandato.

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Fixa Híbrida	% CDI + IRF-M+ IMA B5 + IMA B5+	1,35%
Renda Fixa Gestão Ativa	% CDI + IRF-M+ IMA B5 + IMA B5+	1,35%
Renda Fixa Ativa	IPCA + 6% a.a	5,00%
Renda Fixa Crédito	IPCA + 6% a.a	-
Renda Fixa Conservador	CDI a.a	-
Renda Variável Ativa	IBrX + 3% a.a	110% VaR IBrX
Investimentos Estruturados - Multimercados	120% do CDI a.a	4,50%
Investimentos Estruturados - FII e FIP	IPCA + 7% a.a	-
Investimentos no Exterior	MSCI a.a	-

A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

Mandato Renda Fixa Híbrida: representa os investimentos em fundos exclusivos de renda fixa, compostos predominantemente por títulos públicos, cujo índice de referência é dado por uma composição entre índices de curto prazo e índices de longo prazo. Para o ano de 2016, não foram definidos percentuais por indexador para facilitar a mudança dos percentuais de acordo com a mudança do cenário e avaliações realizadas pela Área de Investimentos. Em 2016, foram utilizados os seguintes benchmarks:

PERÍODO	BENCHMARK
Jan/2016- Dez/2016	70% CDI + 30% IMA-B 5

Renda Fixa Gestão Ativa: esse mandato engloba os investimentos em fundos abertos de renda fixa com gestores especialistas em cada indexador que compõe o benchmark do Mandato Híbrido.

Renda Fixa Ativa: composição determinada por gestores externos, de modo a manter uma gestão ativa (através de ativos e cotas de fundos) na busca de retorno absoluto.

Renda Fixa Crédito: esse mandato engloba os investimentos em veículos destinados à aquisição de títulos privados, que buscam prêmio em relação às taxas de juros praticadas no mercado através da assunção de risco de crédito.

Renda Fixa Conservador: esse mandato engloba os investimentos em veículos destinados à aquisição dos títulos públicos atrelados a CDI/SELIC, ou seja, expostos preponderantemente a taxas pós-fixadas.

Renda Variável Ativa: abrange o consolidado dos investimentos do segmento de renda variável da Fundação – dispostos através da estrutura *Core & Satellite* – cujo objetivo visa superar o benchmark de referência.

Investimento Estruturado - Multimercados: esse mandato reúne os Fundos Multimercados que não obedecem, necessariamente, a todos os pontos da legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar). Ressalta-se que os fundos multimercados que compõem esse mandato não devem utilizar as prerrogativas de investimentos destinados aos investidores qualificados, de acordo com a exigência da Resolução CMN nº 3792. Cabe ressaltar que, todo investimento em tal classe de fundos será previamente analisado e seguirá todas as determinações previstas na legislação vigente.

Investimento Estruturado – FII e FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimentos Imobiliários e Fundos de Participação, em que não é possível replicar nenhuma carteira teórica.

Para acompanhamento de risco a política de investimentos estabelece que o controle de risco de mercado seja feito por meio do *Value-at-Risk* (VaR), com o objetivo da Entidade controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios. Este será calculado com os seguintes parâmetros:

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Multimercado Estruturado	NA	4,5
Renda Variável – Tradicional	IBrX	110% do VAR IBRX

- Modelo: não-paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

Para os investimentos em mandatos dos segmentos do plano, o controle de risco será feito por meio do B-VaR, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

O cálculo do B-VaR considerará:

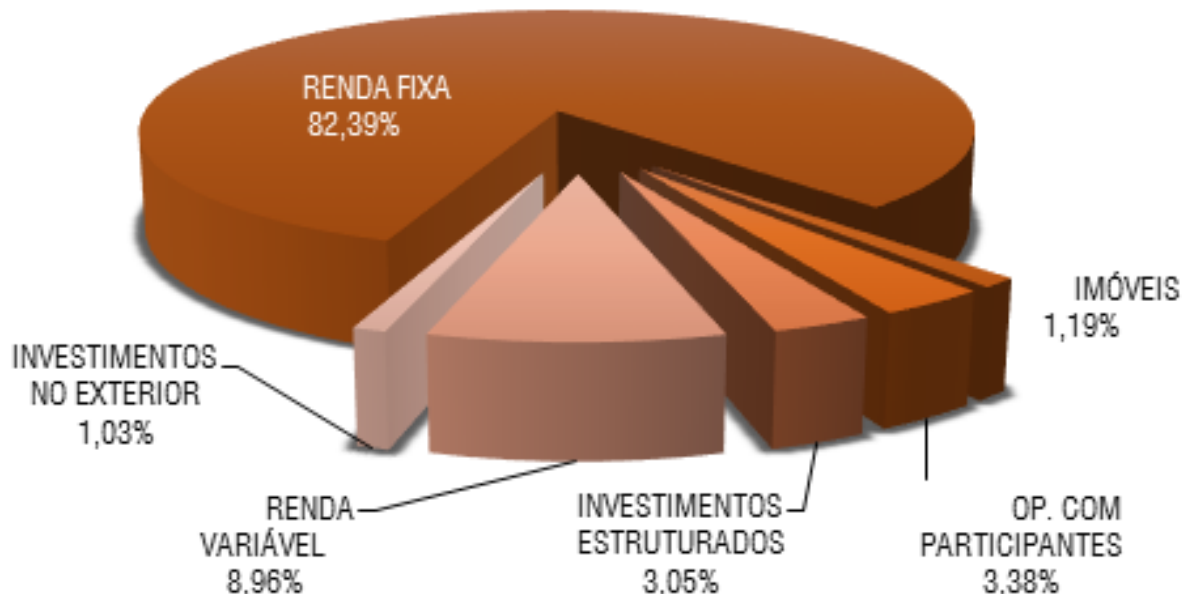
- Modelo: não-paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Fixa Híbrida	% CDI + IRF-M +% IMA-B 5 + % IMA-B 5+	1,35%
Gestão Ativa	% CDI + IRF-M +% IMA-B 5 + % IMA-B 5+	1,35%

3.1.2. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	929.477.362,07	82,39%
Renda Variável	101.061.713,03	8,96%
Investimento no Exterior	11.626.815,77	1,03%
Estruturados	34.397.735,40	3,05%
Imóveis	13.462.576,11	1,19%
Op. Participantes	38.172.777,46	3,38%
Total	1.128.198.980	100,00%

No último dia do ano, o plano CD apresentou um patrimônio de R\$ 1.128.198.980, sendo que 82,39% deste estavam alocados em renda fixa, o que reflete o resultado da escolha de perfil dos participantes. O segundo maior volume do fundo está alocado na renda variável, com aproximadamente de 8,96%. Podemos destacar também o segmento de investimentos estruturados, o qual é representado pelo investimento em FIP's e fundos multimercados, e que tem uma expectativa de rentabilidade de longo prazo.



3.1.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENDA FIXA		929.477.362,07
ITAÚ-UNIBANCO	FEF ITAU CD	153.657.639,04
HSBC	FEF HSBC CD	70.551.215,69
SANTANDER	FEF SANTANDER CD	153.627.477,33
SULAMÉRICA	SULAMERICA INEMA	67.808.831,89
VOTORANTIM	FEF VOTORANTIM RF CDI CD	422.503.859,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CAIXA BRASIL IMA-B 5	61.328.339,12
RENDA VARIÁVEL		101.061.713,03
BBM GESTÃO DE REC. LTDA	BBM VALUATION II	11.464.582,88
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE	1.625.162,47
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE II	2.470.387,64
BBM GESTÃO DE REC. LTDA	BBM SMID CAPS FICFIA	9.384.789,36
POLLUX CAPITAL ADM DE RECURSOS	POLLUX I.FIC FIA	8.165.839,86
FRANKLIM TEMPLETON INVEST	FT FEF CD FIA	55.386.394,62
VINCI PARTNERS	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	6.291.640,72
JGP DTVM	JGP EXPLORER INSTITUCIONAL FIA	6.272.915,48
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		11.626.815,77
BBDTVM	BB MULTI BLACKROCK IE	7.067.914,16
VOTORANTIM	VOT. ALLIANZ EUROPE	4.558.901,61

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
ESTRUTURADOS		34.397.735,40
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES		6.376.801,50
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL	3.024.493,63
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL FIP	2.411.992,86
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL FIP	940.315,01
MULTIMERCADOS		28.020.933,90
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL PLURAL EQUITY HEDGE	7.527.613,56
BNY MELLON ARX INVESTIMENTOS	ARX EXTRA	1.582.744,27
KONDOR ADM E GES DE RECURSOS	KONDOR LX	3.083.598,50
GARDE ASSET MANAGEMENT	GARDE D'ARTAGNAN	5.383.043,39
SAFRA	SAFRA GALILEO	10.443.934,18
TOTAL CD		1.076.563.626,27

3.1.4 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2016, os imóveis que compõem a carteira da Faelba não passaram por reavaliação.

3.1.5 RENTABILIDADE ANUAL

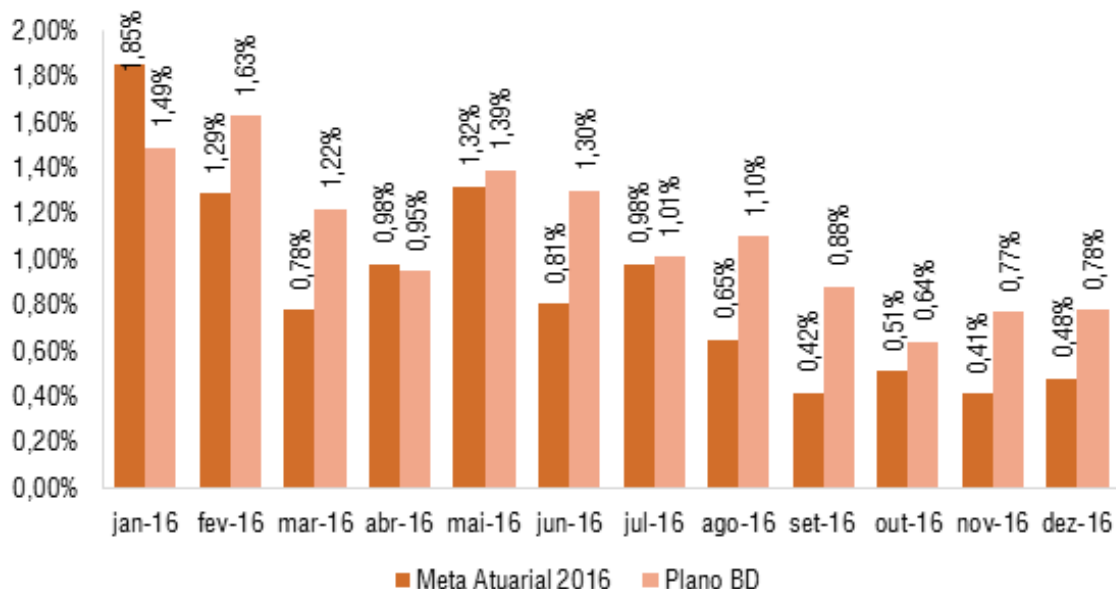
O resultado do Plano CD no ano foi de 14,86%, o que representa um incremento em torno de 60% quando comparado ao ano anterior (9,26%). Esse resultado foi obtido não só pelo aumento acentuado na carteira de renda fixa – que obteve um retorno de 14,36% (cerca de 13% acima do resultado do ano anterior) – mas sobretudo pelo resultado da carteira de renda variável, que teve um desempenho de 25,20%, ante o resultado negativo de -10,31% em 2015. A carteira de renda fixa se beneficiou do fechamento da curva de juros ao longo do ano, e a carteira de renda variável da destacada valorização dos ativos de risco, após a concretização do processo de *impeachment*, que resultou na redução do prêmio de risco brasileiro. Outra contribuição importante veio do segmento de investimentos estruturados, que fechou o ano com rentabilidade de 12,57%, sobretudo graças à contribuição dos fundos multimercados que o compõem. De todos os segmentos, o único que apresentou performance negativa foi Investimentos no Exterior, que encerrou o período com rentabilidade de -14,58%, devido a proeminente desvalorização cambial. Desse modo, o plano conseguiu superar o Índice de Referência, IPCA+ 4, 5% a.a. – que fechou o ano em 11,05%.

PLANO CD		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA 2016	% BENCHMARK
Renda Fixa	14,36%	129,72%
Renda Variável	25,20%	63,48%
Investimentos Estruturados	12,57%	74,87%
Investimentos no Exterior	-14,58%	-274,06%
Imóveis	7,58%	115,20%
Op. Participantes	13,35%	119,41%

Assim como no ano anterior, o desempenho do segmento de investimentos estruturados foi impactado pelo fundo Brasil Energia Renovável, FIP que apresentou rentabilidade de -0,19% no ano, impactado por problemas relacionados a gestão das empresas que compõem o fundo. Neste sentido, no mês de março os cotistas deliberaram pela alteração da gestão, que saiu da Rio Bravo Investimentos e passou para a Brasil Plural. Esta última tem empreendido esforços para melhorar a administração dos negócios, de modo a evitar que os cotistas aportem recursos adicionais para cobrir perdas. A alteração foi benéfica para o fundo, cuja rentabilidade negativa vem reduzindo paulatinamente.

3.2 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)

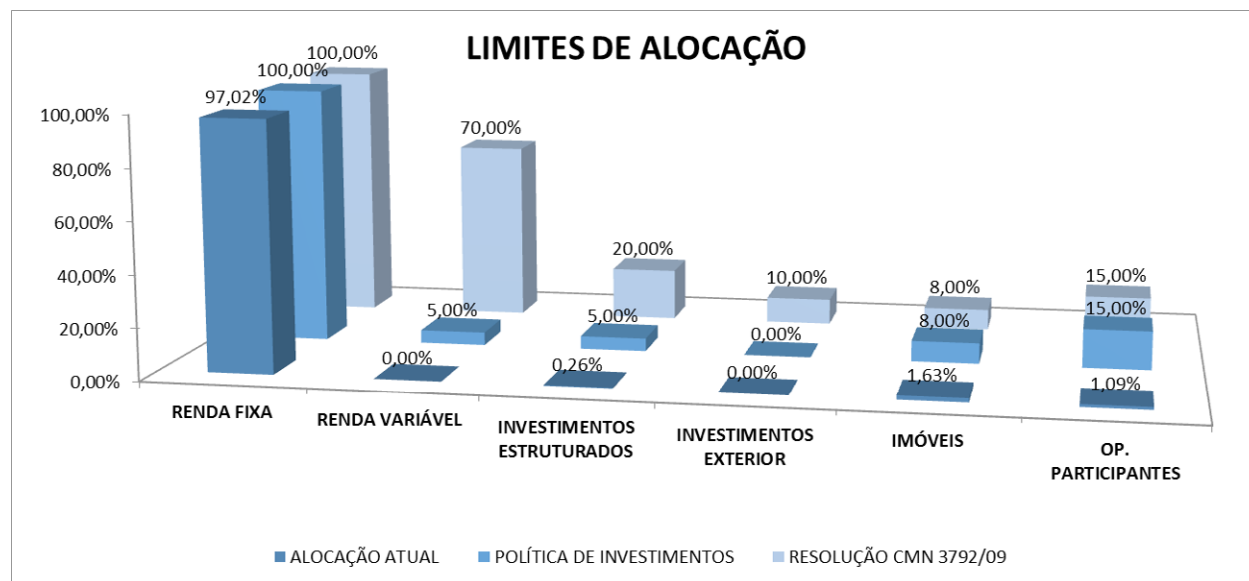
Desde o estudo de ALM (*Asset Liability Management*) realizado em 2010 e suas reavaliações periódicas (a partir de 2013 as reavaliações foram semestrais), o Plano BD vem traçando um desempenho estável, visto que a maioria dos seus recursos está no fundo FEF Atuarial HSBC BD, cujos títulos, em sua maioria, estão marcados na curva, ou seja, são carregados até o vencimento com a sua taxa de aquisição, o que resguarda esses ativos da volatilidade decorrente das mudanças de cenários econômicos, haja vista que o Plano BD é um plano saldado e quitado.



O maior desempenho nominal ocorreu no mês de fevereiro, quando o Plano obteve um retorno de 1,63%. Contudo, em termos reais, o melhor resultado ocorreu em junho, quando o plano alcançou um retorno de 1,30%, cerca de 0,49% acima da meta atuarial. Foram realizadas duas movimentações de alongamento de *duration* durante o ano, conforme carteira ótima apresentada pelo estudo de ALM (*Asset Liability Management*). O primeiro alongamento foi realizado no mês de maio, quando foi realizada a venda da posição com vencimento em 2024 para montagem de posição no vértice 2055. O segundo movimento de alongamento ocorreu no mês de dezembro com a compra dos títulos com vencimento no vértice 2050, em detrimento da venda da posição no vértice 2017.

3.2.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para 2016, a Faelba manteve o índice de referência do Plano BD em INPC + 4,10% ao ano. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos, foram:



Os benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade, são eles:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	INPC + 4,10% a.a	INPC + 4,10% a.a
Renda Fixa	INPC + 4,10% a.a	INPC + 4,10% a.a
Renda Variável	IBrX ao ano	INPC + 9,53% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA a.a	IPCA a.a
Investimentos no Exterior	MSCI a.a	MSCI a.a
Imóveis	INPC a.a	INPC a.a
Operações com Participantes	INPC + 4,60% a.a	INPC + 4,60% a.a

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo etc. Além de servir de referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento dos riscos financeiros inerentes a cada mandato.

MANDATOS	BENCHMARK
ALM	-
Investimento Estruturado – FII e FIP	IPCA

A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

ALM (*Asset Liability Management*): esse mandato contempla os veículos de investimento que carregam os títulos de longo prazo destinados a cobrir as obrigações atuariais do plano.

Investimento Estruturado – FII e FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimentos Imobiliários e Fundos de Participação, em que não é possível replicar nenhuma carteira teórica.

A título de acompanhamento de risco, a política de investimentos estabelece que o controle de risco de mercado seja feito por meio do VaR, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão.

O cálculo do VaR considerará:

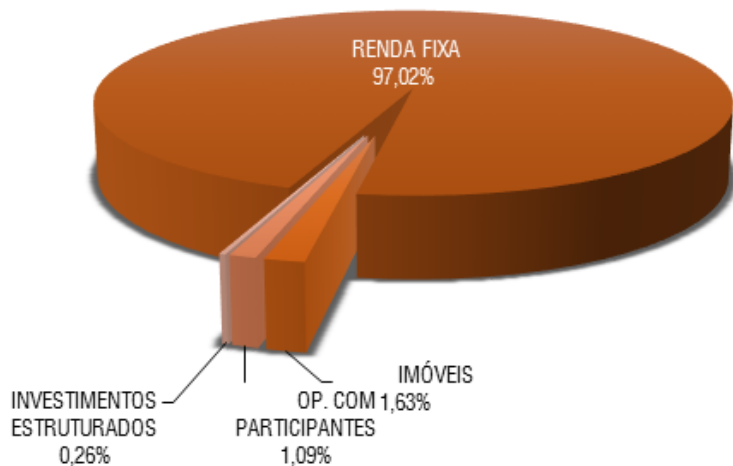
Mandato	Benchmark	Limite de Risco
ALM	-	NA

- Modelo: não-paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

3.2.2 CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	525.070.200,72	97,02%
Renda Variável	-	0,00%
Estruturados	1.411.431,55	0,26%
Imóveis	8.801.104,59	1,63%
Op. Participantes	5.914.101,23	1,09%
TOTAL	541.196.838	100,00%

PLANO BD - SEGMENTOS



3.2.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENDA FIXA		525.070.200,72
HSBC ASSET MANAGEMENT	FEF HSBC ATUARIAL BD	525.070.200,72
ESTRUTURADOS		1.411.431,55
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL	1.411.431,55
TOTAL BD		526.481.632,27

A maior concentração por gestor dentro do portfólio do plano está com o fundo FEF HSBC Atuarial BD com R\$ 525.070.200,72, ou seja, 97,02% do patrimônio líquido do Plano BD. Este fundo tem a maior parte de seus ativos marcados até o vencimento (na curva) e sua movimentação ocorre conforme resultados obtidos no estudo de ALM.

O fundo atuarial do Plano BD seguiu sua trajetória natural durante 2016, já que seu objetivo é o atendimento ao passivo atuarial do plano, através de posições em títulos públicos federais indexados à inflação (NTN-Bs e NTN-Cs), e marcados na curva.

Desde 2014, o Plano BD não possui exposição em renda variável conforme decisão do Conselho Deliberativo.

3.2.4 REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2016, os imóveis que compõem a carteira da Faelba não passaram por reavaliação.

3.2.5 RENTABILIDADE ANUAL

PLANO BD		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA 2016	% BENCHMARK
Renda Fixa	13,41%	113,55%
Renda Variável	-	-
Investimentos Estruturados	1,16%	18%
Investimentos no Exterior	-	-
Imóveis	7,58%	115,20%
Op. Participantes	14,43%	125,92%

No acumulado do ano, o segmento de renda fixa do plano BD encerrou com alta de 13,41%, equivalente a 113,55% da meta atuarial. Este rendimento foi puxado pelos títulos indexados à inflação (NTN-B), com taxas superiores a meta atuarial, marcados até o vencimento, pertencentes à carteira do FEF Atuarial HSBC BD.

3.3 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

3.3.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para 2016, a Faelba manteve a meta de rentabilidade do Plano PGA em CDI + 0,5% no ano. O limite de alocação por segmento estabelecido na Política Investimentos, foi:

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	ALOCÇÃO ATUAL
Renda Fixa	100%	100%	100%

Os *benchmarks* por segmento de investimentos e metas de rentabilidade, são eles:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	% CDI + 0,5%	CDI

Para os investimentos em mandato do segmento do plano, o controle de risco será feito por meio do VaR, um modelo indicado para avaliar a aderência da gestão.

O cálculo do VaR considerará:

MANDATO	BENCHMARK	LIMITE DE RISCO
Renda Fixa (Híbrido)	NA	0,7%

- Modelo: não-paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

3.3.2 CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	38.719.412,74	100,00%
Renda Variável	-	-
Estruturados	-	-
Imóveis	-	-
Op. Participantes	-	-
TOTAL	38.719.412,74	100,00%

3.3.3 ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
BBDTVM	BB FEF PGA	38.719.412,74

O PGA tem seus recursos 100% alocados no fundo exclusivo BB FEF PGA. O fundo possui uma estratégia bastante conservadora, lastreada em títulos públicos.

3.3.4 RENTABILIDADE ANUAL

No acumulado do ano o PGA apresentou rentabilidade líquida de 13,72% enquanto o *benchmark* apresentou retorno de 14,56%.

PLANO PGA		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA 2016	% BENCHMARK
Renda Fixa	13,72%	94,23%
Renda Variável	-	-
Investimentos Estruturados	-	-
Investimentos no Exterior	-	-
Imóveis	-	-
Op. Participantes	-	-

4. PERFIS DE INVESTIMENTO

PERFIS EXISTENTES

Entre os planos de benefícios administrados pela Faelba, o único que possui perfil de investimentos é o Plano CD. Este plano oferece sete opções de perfil para escolha dos participantes de acordo com sua aversão ao risco, são eles:

OPÇÃO DE ALOCAÇÃO	PERFIL CONSERVADOR % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL BÁSICO % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL DIFERENCIADO % PROVISÃO MATEMÁTICA
1	100	0	0
2		100	0
3		90	10
4		80	20
5		70	30
6		60	40
7		50	50

No ano 2014, em virtude da volatilidade vista no segmento de renda fixa, a Faelba criou mais uma opção de perfil para seus participantes e assistidos, o Perfil Conservador. Assim, os participantes têm o direito de optar por alocar somente no Perfil Conservador, somente no perfil Básico, ou ainda na combinação entre os Perfis Básico e Diferenciado, de acordo com o rol de opções que melhor se adequa a seu nível de aversão a risco. Quanto menor aversão ao risco maior a sua exposição ao Perfil Diferenciado (exposição a bolsa de valores), do lado oposto, a maior aversão ao risco leva a concentração da alocação da reserva no Perfil Conservador

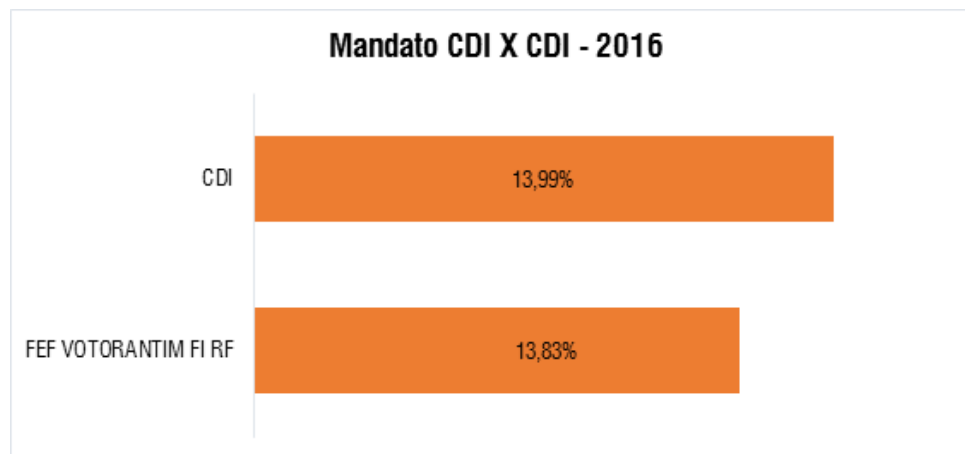
No ano de 2016, os perfis apresentaram os seguintes resultados:

PERFIL	ACUMULADO EM 2016 (%)
Perfil Conservador	13,33
Perfil Básico	14,24
Perfil Diferenciado	24,33
Perfil 90 - 10	15,38
Perfil 80 - 20	16,50
Perfil 70 - 30	17,59
Perfil 60 - 40	18,64
Perfil 50 - 50	19,67

4.1 PERFIL CONSERVADOR:

Possui todo seu recurso alocado em ativos indexados ao CDI/ SELIC. Este perfil tem como objetivo a preservação do capital reduzindo o impacto da volatilidade do mercado nas reservas dos participantes. Indicado para aqueles totalmente avessos ao risco de mercado.

O crescimento do patrimônio alocado no perfil conservador fez com que a Faelba, buscando capturar melhor retorno com a redução de despesas de Taxa de Administração de fundo aberto, criasse um fundo exclusivo com mandato CDI. O fundo Votorantim RF CDI CD iniciou no final do mês de abril de 2015 e possui recursos dos perfis conservador e básico (Renda Fixa Gestão Ativa).



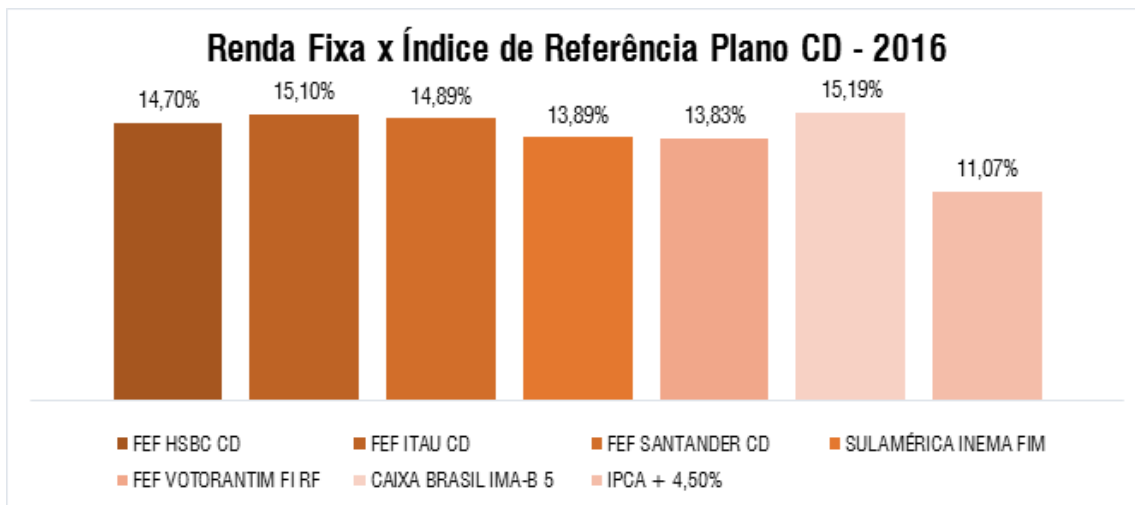
O Perfil Conservador apresentou retorno de 13,33% em 2016, a diferença em relação ao CDI (13,99%) se justifica pelos custos com taxas de administração e outros custos relacionados ao funcionamento do fundo. Há de se destacar ainda que a diferença entre o resultado do fundo e do perfil se dá em relação a metodologia de cálculo. Enquanto a rentabilidade do fundo (13,83%) reflete a rentabilidade do fundo calculada pela *taxa interna de retorno* (TIR), a rentabilidade do perfil reflete o *valor contábil* da cota.

4.2 PERFIL BÁSICO:

Possui a maior parte de seus recursos alocados no segmento de Renda Fixa, este perfil também possui alocação nos segmentos de imóveis, investimentos estruturados e operações com participantes. Apesar da grande concentração no segmento de renda fixa, este perfil apresenta volatilidade pois seus ativos são marcados a mercado, ou seja, o preço dos ativos na carteira é dado pelo mercado.

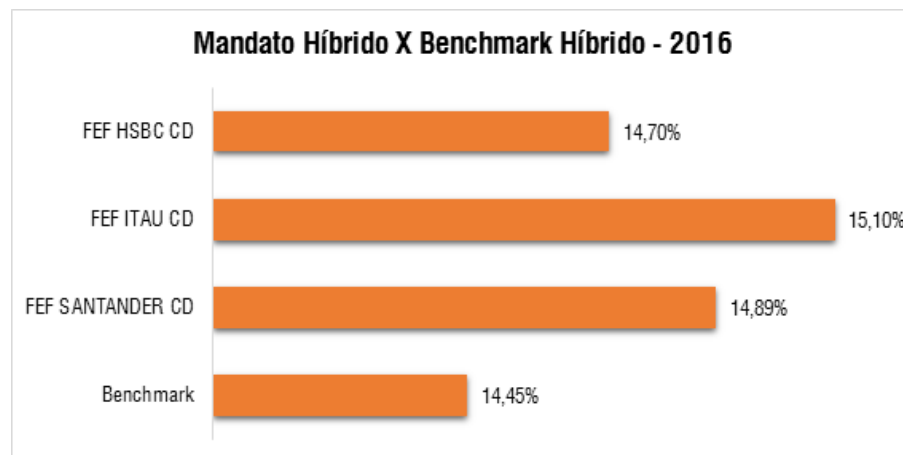
RENDA FIXA

Este segmento apresentou um bom resultado no final do ano, contribuindo significativamente para superação do índice de referência. Contribuiu para esse resultado o fechamento acentuado da curva de juros, que foi capturado pelos nossos fundos, dada a própria flexibilidade que dispõem em relação aos seus próprios benchmarks, podendo fazer alocações em diversas classes de ativos de renda fixa.



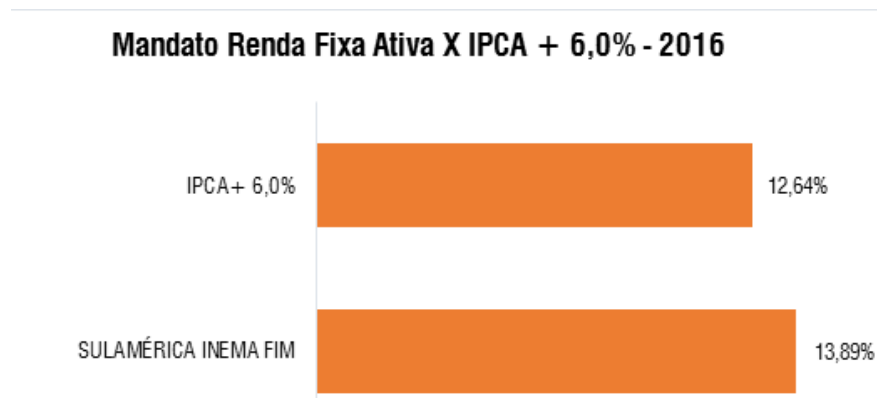
Para cumprir o índice de referência do segmento de renda fixa (IPCA + 4,5% a.a), a Faelba dividiu o segmento em mandatos compostos pelos seguintes benchmarks: %CDI+ %IRF-M + % IMA-B 5 + % IMA-B 5+ (benchmark híbrido e gestão ativa), IPCA + 6,0% (renda fixa ativa e renda fixa crédito) e CDI (renda fixa conservador).

Em 2016, o benchmark híbrido encerrou com a composição de 70% CDI + 30% IMA-B 5 , com retorno acumulado no ano de 14,45%.



Todos os fundos que compõem a estratégia conseguiram superar o benchmark. O fechamento da curva de juros observada ao longo do ano – como mencionada anteriormente – contribuiu significativamente para esse resultado, sobretudo para as posições alocadas no IMA-B 5, que performaram muito bem diante da melhora no cenário macroeconômico.

O fundo Sul América Inema apresentou retorno de 13,89% no acumulado do ano, superando desse modo o seu benchmark, IPCA+ 6%. O gestor se posicionou de forma mais ativa, adquirindo papéis que se beneficiaram da melhora do cenário econômico e político. Além disso, dado o maior orçamento de risco e a maior flexibilidade deste mandato, o gestor conseguiu gerar retorno superior através de aquisições de títulos de crédito, com baixo perfil de risco e rentabilidade acima do benchmark, também na esteira da melhora do cenário interno, que abriu espaço para novas emissões de títulos dessa natureza.



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

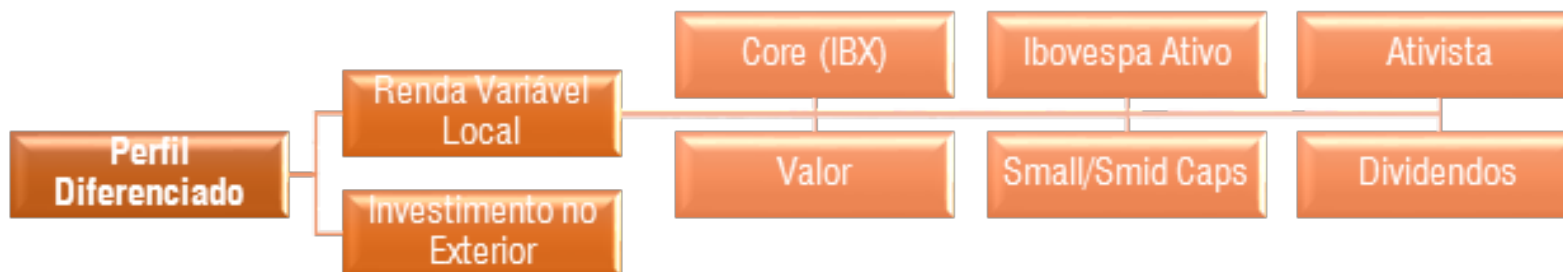
Esta estratégia de forma generalizada obteve um retorno de 12,57%, contribuindo significativamente para o Perfil Básico como um todo. Em termos específicos, as posições em fundos de participações – FIPs apresentaram desempenho de 8,16%, revertendo o resultado negativo (-45,98%) do ano anterior. Contudo, o grande destaque neste segmento ficou por conta dos fundos multimercados, que juntos apresentaram rentabilidade de 13,69% no período. Estes fundos conseguiram capturar a mudança no cenário doméstico de forma muito eficiente, graças à flexibilidade que possuem para aplicar em diversas classes de ativos, como lhes é característico.

IMÓVEIS

O cenário para investimentos imobiliários mudou pouco em relação ao ano de 2015. O segmento tem apresentado aumento de estoque com a conclusão de novos projetos, porém a venda ou locação destas propriedades tem se tornado difícil com deterioração da economia, com empresas alterando seu cronograma de investimentos e famílias com endividamento alto. A Faelba não realizou nenhum investimento no segmento, apenas a manutenção dos imóveis que já possui.

4.3 PERFIL DIFERENCIADO

Este perfil é o que apresenta maior risco por ter a totalidade de sua alocação no segmento de Renda Variável. Ele é indicado para aqueles participantes com menor aversão ao risco e mais tempo para montar a reserva, já que as oscilações no curto prazo podem reverberar em maiores retornos no longo prazo. Os recursos do perfil estão distribuídos em várias estratégias buscando reduzir o risco a partir da diversificação.



IBOVESPA ATIVO

Este mandato é composto pelo fundo BBM Valuation II. Atualmente, o mandato tem aplicado R\$ 11.464.582,88. O fundo conseguiu capturar bem a melhora da bolsa, fechando com rentabilidade acima de 30%.

Mandato Ibovespa Ativo - 2016



DIVIDENDOS

Este mandato encerrou o período com apenas um fundo, o Vinci Gas Dividendos. Isso porque em dezembro de 2015 a Fundação decidiu liquidar a posição que detinha no fundo BTG Pactual Dividendos FIC FIA, haja vista o escândalo que envolveu a prisão do então presidente do Banco BTG Pactual, o senhor André Esteves. O fundo Vinci Gas Dividendos encerrou o ano com um patrimônio de R\$ 6.291.640,72.

Mandato Dividendos - 2016

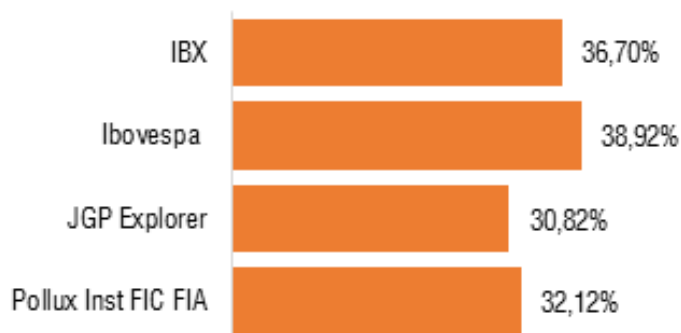




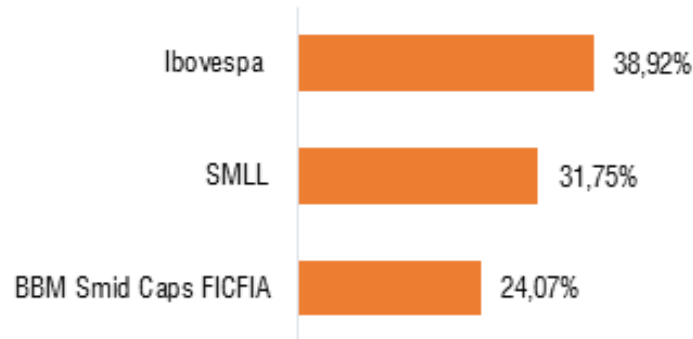
VALOR, SMALL/SMID CAPS E ATIVISTAS

Os três mandatos possuem características semelhantes, visto que os fundos que os compõem buscam desconectar seus portfólios do Ibovespa. Os fundos que integram as estratégias de Valor e Small/Smid Caps apresentaram um bom desempenho em 2016, capturando parcela significativa do movimento de apreciação da bolsa brasileira. Apesar disso, esses fundos não conseguiram bater o índice Bovespa, o que é compreensível, haja vista que o índice possui composição distinta, com concentração nos setores de mineração, óleo & gás e financeiro.

Mandato Valor - 2016

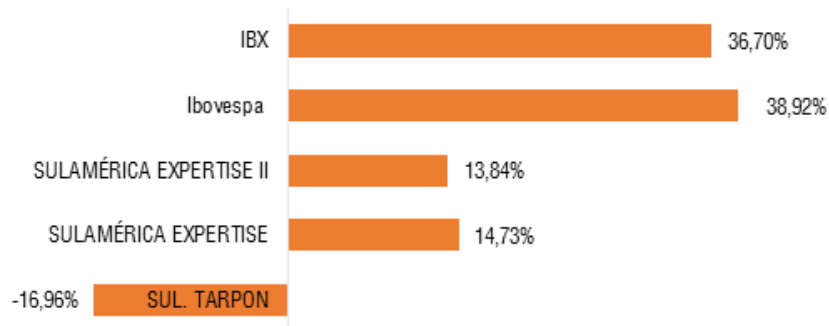


Mandato Small/ Smid Caps - 2016



Por outro lado, o mandato ativista apresentou o pior desempenho entre todas as estratégias de renda variável. A explicação para esse desempenho está relacionada com a própria composição da carteira desses fundos. Em geral, esses gestores concentram suas posições em empresas cujos resultados se mostram alvissareiros no médio/longo prazo, independente dos movimentos de mercado. Além disso, essas carteiras costumam ser bastante concentradas, com alocação entre cinco e dez papéis. Ocorre, no entanto, que a maior parte do movimento de apreciação da bolsa ocorreu devido à melhora nas perspectivas econômicas, e não devido à melhora do resultado das empresas em si. Desse modo, por aplicar em papéis que não guardam qualquer correlação com os índices de mercado, essa estratégia não conseguiu capturar a performance observada nas demais estratégias. Diante da complexidade dessa estratégia, sobretudo por sua liquidez reduzida, a Fundação optou por liquidar a posição que detinha no Fundo Sulamerica Tarpon. O resgate foi solicitado em junho e a liquidação ocorreu em dezembro.

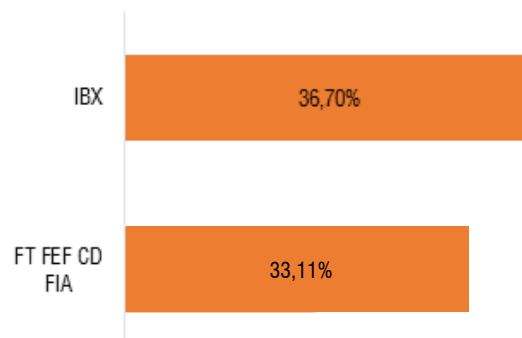
Mandato Ativista - 2016



CORE – IBX

O mandato IBX é composto pelo Fundo Exclusivo Franklin Templeton CD, que tem o objetivo de acompanhar ou superar o retorno apresentado pelo seu índice de referência, o IBX. O fundo obteve um desempenho muito próximo do IBX, contudo não conseguiu superar o índice porque este teve boa parte do seu resultado atrelado às valorizações de Petrobrás e Vale, papéis que tem uma representatividade muito maior na carteira teórica do índice, do que na carteira do fundo. Ainda assim, o fundo conseguiu capturar a maior parte da valorização do mercado acionário.

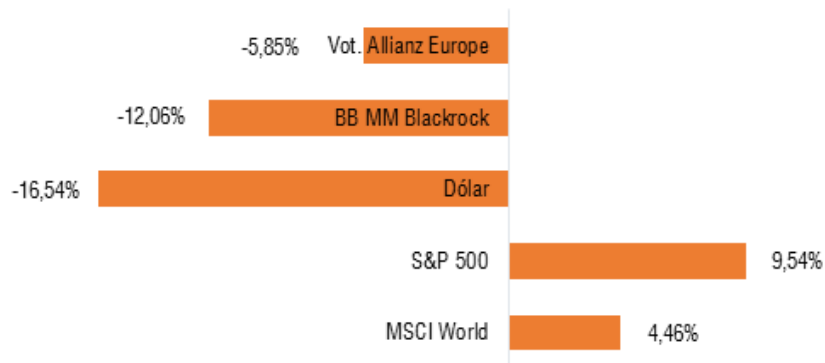
Core IBX - 2016



INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Em maio de 2014, a Faelba deu continuidade a sua estratégia de diversificação do seu portfólio, investindo no mercado de ações exterior. O investimento é feito através de fundos nacionais que compram cotas de fundos no exterior. Com isso a Faelba ampliou sua estratégia para fora das fronteiras da bolsa de valores brasileira investindo em ações de empresas com alcance global e em mercados desenvolvidos. Em 2016, os fundos de investimentos no exterior tiveram rentabilidade muito diversa da renda variável local – os dois fundos apresentaram rentabilidade negativa. Além da baixa performance dos fundos, contribuiu sobremaneira a desvalorização do câmbio em mais de 16%.

Investimento no Exterior - 2016



Importante informar que o objetivo da Faelba com investimentos em outros países é a exposição em setores não negociados na bolsa brasileira, ou negociados de forma incipiente, e não obter retorno com a valorização do dólar.

A FAELBA INFORMA QUE RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

GESTÃO ADMINISTRATIVA



DESPESAS

Por Plano de Benefícios

DESPESAS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS	PLANOS				TOTAL
	BD		CD		
ADMINISTRATIVAS	R\$	%	R\$	%	R\$
PESSOAL E ENCARGOS	1.305.750	43,06	3.046.751	43,23	4.352.501
CONSELHEIROS	71.280	2,35	166.320	2,36	237.600
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	106.137	3,50	247.654	3,51	353.791
VIAGENS E ESTADIAS	61.779	2,04	144.151	2,05	205.930
SERVIÇO DE TERCEIROS	327.932	10,82	765.174	10,86	1.093.105
CONSULTORIA JURIDICA	94.145	3,10	219.672	3,12	313.818
DESPESAS GERAIS	669.479	22,08	1.562.117	22,17	2.231.596
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	37.105	1,22	86.578	1,23	123.683
TRIBUTOS	218.112	7,19	508.927	7,22	727.039
OUTRAS DESPESAS	11.944	0,39	27.870	0,40	39.814
DESPESAS ESPECÍFICAS	128.445	4,24	272.154	3,86	400.599
Sub Total	3.032.108	100	7.047.369	100	10.079.477

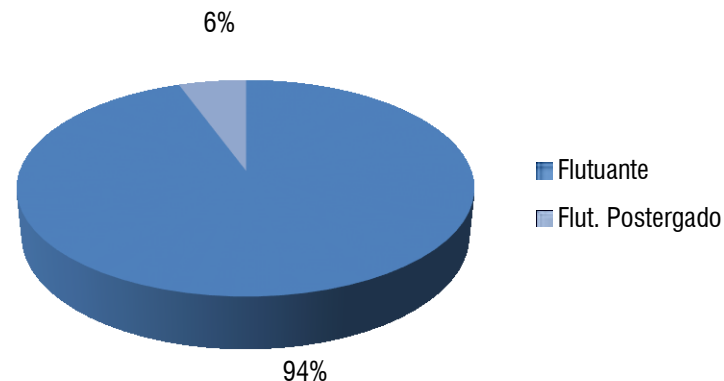
COMPARATIVO PATRIMÔNIO X DESPESA	BD	CD
Patrimônio	505.310.570	1.119.305.828
Relação Percentual Despesas/Patrimônio	%	%
Administrativas	0,60	0,63
Gestão Investimentos		

EMPRÉSTIMOS

Concessões por Modalidade Anual - 2016

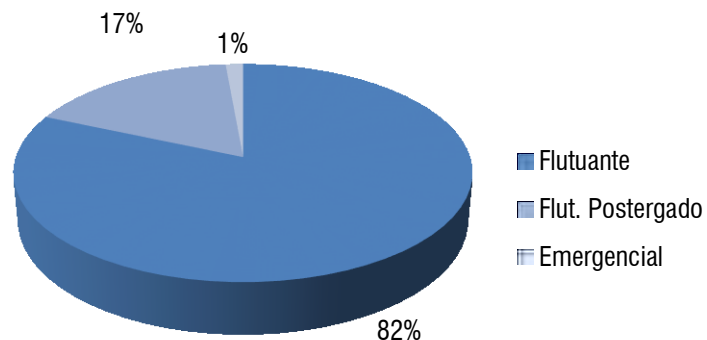
CONCESSÕES POR MODALIDADE 2016 - BD

TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pré-fixado	0	0
Pré-postergado	0	0
Flutuante	51	966.850
Flut. Postergado	3	49.240
Emergencial	0	0
Total	54	1.016.090



CONCESSÕES POR MODALIDADE 2016 - CD

TIPO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pré-fixado	0	0
Pré-postergado	0	0
Flutuante	520	11.884.112
Flut. Postergado	109	3.366.363
Emergencial	9	16.645
Total	638	15.267.121



Total	692	16.283.211
--------------	------------	-------------------

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES



PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2016



POSSE NA FAELBA

A nova Diretoria da Faelba foi empossada no dia 7 de janeiro de 2016, para um mandato de três anos. O Diretor Superintendente, Augusto da Silva Reis, e o Diretor Administrativo-Financeiro, Francisco Artur de Lima Moacyr, foram reconduzidos pela Diretoria do Patrocinador - Coelba para os respectivos cargos. O Novo Diretor de Seguridade, Álvaro Pinho, foi eleito pelo conjunto dos Participantes e Assistidos no pleito realizado em setembro e outubro de 2015.

JANEIRO



HOMENAGEM NA FAELBA

O ex-Diretor de Seguridade, José Caetano Pugliese Guimarães, foi homenageado pelo Presidente do Conselho Deliberativo, Ricardo Valente, na cerimônia de posse da nova Diretoria Executiva da Faelba no dia 07/01/2016. O ex-DSE recebeu placa pelos relevantes serviços prestados à Fundação. Caetano encerrou o mandato agradecendo pelo aprendizado proporcionado pela experiência de 3 anos à frente da DSE e enfatizou o entusiasmo pessoal em conhecer, de perto, o negócio da Fundação.

INFORME DE RENDIMENTOS

Foram disponibilizados, na área restrita do site da Faelba, em fevereiro de 2016, os Informes de Rendimento destinados aos Assistidos que receberam benefícios da Fundação em 2015. Os referidos documentos, para a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, foram, também, encaminhados via Correios.

FEVEREIRO

BENEFÍCIO TEMPORÁRIO – PLANO BD

A Faelba comunicou aos Participantes e Assistidos do Plano de Benefício Definido (BD) que o pagamento do Benefício Temporário, em 2016, não seria feito juntamente com a folha do mês de março, prevista para o dia 23/03/2016. A decisão da Diretoria Executiva foi tomada devido a duas ocorrências registradas no mês de março em 2016: 1) divulgação, no dia 10/03/2016, de novo normativo da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), IN nº 26, estabelecendo orientações e procedimentos relacionados à distribuição do superávit; e 2) observação ao Ofício PREVIC nº 583, de 11/03/2016, determinando obrigatoriedade de procedimento a ser obedecido pela FAELBA na reversão de valores aos Participantes, Assistidos e Patrocinador do Plano BD.

APROVAÇÃO DAS DAS E DFS

O Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Financeiras (DFs) e Demonstrações Atuárias (DAs) da Fundação, relativas ao exercício de 2015, apresentadas pela Diretoria Executiva na 356ª reunião do Colegiado que aconteceu no dia 29/03/2016. Os documentos foram submetidos ao Conselho Deliberativo após análise e recomendação pelo Conselho Fiscal da Faelba. Na reunião de aprovação das contas, o Conselho Fiscal foi representado pela Presidente Carmelita Novais.

CURSO SOBRE LEI ANTICORRUPÇÃO

Alinhada com a atualidade, a Diretoria Executiva proporcionou a todos os membros da Governança e aos colaboradores da Fundação a participação no curso sobre a lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção. A iniciativa do treinamento presencial, com carga horária de 8h, foi viabilizada em parceria com a Neoenergia e teve o propósito de difundir os aspectos da referida lei, bem como difundir, também, os princípios e conceitos de Ética.



MARÇO

BENEFÍCIO TEMPORÁRIO PLANO BD – PAGAMENTO

A Faelba comunicou aos Assistidos do Plano de Benefício Definido (BD) que o Conselho Deliberativo, numa reunião no dia 29/03/2016, aprovou o pagamento do Benefício Temporário em cinco parcelas, e solicitou da Diretoria Executiva da Fundação o encaminhamento dessa proposta para apreciação e aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

ANTECIPAÇÃO 1ª PARCELA DO ABONO ANUAL – PLANO BD

Em função da aprovação do pleito pelo Conselho Deliberativo e em caráter excepcional, a Faelba antecipou, na folha de maio de 2016, o pagamento da primeira parcela do Abono Anual para os Assistidos do Plano BD. A antecipação equivalia a 50% (cinquenta por cento) do valor da Suplementação do Abono Anual.



RELATÓRIO ANUAL 2015 DISPONIBILIZAÇÃO DA VERSÃO WEB

O Relatório Anual Faelba 2015, com o descritivo das atividades da Faelba no ano de 2015, foi divulgado no dia 27/04/2015, os Participantes e Assistidos puderam conferir a prestação de contas em detalhes, com os números e as atividades realizadas pela gestão, entre outras informações importantes.



CÓDIGO DE ÉTICA FAELBA 2016

O texto do novo Código de Ética foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23.05.2016, após uma vigência de 14 anos do normativo anterior. Para a revisão do documento foi considerada a necessidade de compatibilização com o Código do Grupo Neoenergia, respeitando as peculiaridades pertinentes ao segmento de negócio no qual a Faelba está inserida.

ABRIL

MAIO

FAELBA ITINERANTE

Em 2016 o Faelba Itinerante ganhou uma nova modelagem, que proporcionou aos Participantes e Assistidos, nas sete edições realizadas nas Unidades do Patrocinador, capital e interior, entre os meses de Junho e Novembro, a possibilidade de consultar, alterar e incluir informações relevantes para a base de dados da Fundação.

Com a nova proposta do Programa Faelba Itinerante, foram destinadas, este ano, duas edições aos Assistidos da Fundação. A forma de comunicação com as Unidades para divulgação da campanha do Faelba Itinerante também ganhou um diferencial em 2016, com a utilização do whatsapp nos convites.

Além dos serviços oferecidos, o Programa contou com uma breve apresentação sobre os principais pontos do Regulamento do Plano CD, para esclarecer as dúvidas mais frequentes dos Participantes.

O Faelba Itinerante passou pelas cidades de Barreiras, Camaçari Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro. Além das edições no Ed. Sede, na AAC e no 19º Encontro dos Aposentados.



ELEIÇÃO FAELBA DIVULGAÇÃO DO EDITAL E REGIMENTO ELEITORAL

No ano de 2016 foram eleitos os conselheiros deliberativos e fiscais representantes dos Participantes e Assistidos da Faelba. Concorreram chapas compostas por membros titulares e suplentes. No dia 1º de junho foram publicados o Edital, o Regimento eleitoral e também todo o cronograma da eleição, quando serão conhecidos todos os critérios do pleito de 2016.

PERFIS DE INVESTIMENTO 01 A 15 DE JUNHO DE 2016

O prazo para opção pelos Perfis de Investimento foi de 01 a 15 de junho de 2016. A mudança foi aprovada pelo Conselho Deliberativo, na reunião de 29 de abril, a fim de dar celeridade à sistemática de apuração das cotas dos Perfis nos processos de migração entre os perfis oferecidos pela Faelba. A necessidade de redução do prazo para operacionalização das opções dos Participantes e Assistidos do Plano CD foi por conta do aumento constante de migração entre os perfis de investimento por ocorrência, principalmente, da instabilidade dos mercados financeiros.

JUNHO



OS NOVOS CONSELHEIROS DA FAELBA

Foram eleitos os novos membros representantes dos Participantes e Assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Faelba. Representarão os Participantes no Conselho Deliberativo Antônio Fernando Guedes de Brito Costa (titular) e Thiago Andrade Quinteiro (suplente) e João Vital de Souza (titular) e Olegário da Silva Ferraz (suplente). Os assistidos serão representados por Belarmino Dourado (titular) e Iara Fernandes (suplente). Para o Conselho Fiscal, foram eleitos Leonidas Henriques Filho (Titular) e Elson Magnavita de Menezes (Suplente), representando os Participantes, e Carmelita Novais dos Santos (Titular) e João Campos de Aragão (Suplente), como representantes dos Assistidos.

AGOSTO

PESQUISA PREMIADA FAELBA

Em 30 de agosto, a Faelba aplicou a Pesquisa de Satisfação de 2016 tendo como públicos-alvo Participantes e Assistidos. O objetivo foi diagnosticar a avaliação da gestão, do atendimento e dos produtos e serviços disponibilizados pela Fundação.

ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PLANO BD

Em atendimento à exigência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, através do Ofício nº 2.531/CGTR/DITEC/PREVIC, o Conselho Deliberativo da Faelba, em reunião de 15/08/2016, aprovou a alteração dos arts. 51 e 61 no Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 – Plano BD.



CARTILHA DE EMPRÉSTIMO

Com o propósito de esclarecer dúvidas e orientar Participantes e Assistidos no preenchimento correto de formulários e na simulação do empréstimo, diretamente no site, a Faelba desenvolveu a Cartilha de Empréstimo, contemplando informações úteis e práticas sobre o assunto.

SETEMBRO

FAELBA 42 ANOS

A Faelba completou 42 anos, comemorado em 31/10/2016, pautada no compromisso de administrar com transparência o patrimônio de mais de 5 mil pessoas, entre Ativos e Assistidos dos dois Planos de Benefícios oferecidos.

REAJUSTADOS OS BENEFÍCIOS DO PLANO BD 2

Em outubro/2016, os Benefícios do Plano BD 2 foram reajustados em 9,15%, de acordo com a variação do INPC no período compreendido entre outubro/2015 e setembro/2016.

OUTUBRO

NOVO DOCUMENTO - GUIA PRÁTICO DO PLANO CD

Produzido num formato novo, o Guia Prático do Plano CD traz respostas para as dúvidas frequentes dos Participantes e Assistidos sobre os principais aspectos regulamentares do Faelflex. No Guia foi aberto espaço para alguns conceitos e definições, para as características dos institutos previdenciários do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Resgate e, também, para exemplificação do cálculo da contribuição ao Plano de Benefício, entre outros assuntos.





ISO 9001:2015 – FAELBA
RECOMENDADA PARA CERTIFICAÇÃO

Após auditoria do Bureau Veritas, a Faelba obteve no dia 29/11/2016, a Declaração de Recomendação para Certificação com base nos requisitos da Nova NORMA ISO 9001:2015. Foram auditados os processos Jurídico, administrativo-Financeiro, de Investimentos, de Pessoas, de Qualidade e Risco e de Comunicação. Os registros, procedimentos e demonstrações das respectivas evidências do fiel cumprimento dos processos auditados conferiram à Faelba a mencionada Declaração de Recomendação. As atividades de transição das Normas, de ISO 9001:2008 para ISO 9001:2015, foram iniciadas na Entidade em maio de 2016.

NOVEMBRO

PALESTRAS PERFIS DE INVESTIMENTOS

Nos meses de novembro e dezembro de 2016, a Faelba realizou Palestras para orientar os Participantes do Plano de Contribuição Definida (CD) no momento da Opção pelos Perfis de Investimento. As palestras foram realizadas em 13 unidades do Patrocinador Coelba no interior e também no Ed Sede. A Palestra dos Assistidos foi no auditório do Mezanino no Ed. Suarez Trade

PAGAMENTO DO BENEFÍCIO TEMPORÁRIO

Após análise e aprovação do Benefício Temporário de 2015 pela Previc em 5 parcelas mensais, para pagamento do Benefício aos Assistidos, e em 36 prestações para a reversão ao Patrocinador Coelba, a Faelba tomou todas as medidas necessárias e efetuou o pagamento da primeira parcela no dia 30/11.

PERFIS DE INVESTIMENTO ESCOLHA DE 01 A 15 DE DEZEMBRO DE 2016

A mudança nos Perfis pôde ser realizada do dia 01 até o dia 15/12, através da área restrita do site da Fundação.

DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





FAELBA

FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

SUMÁRIO

- Pg. 74** Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras
- Pg. 77** Balanços Patrimoniais Consolidados
- Pg. 79** Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social
- Pg. 80** Demonstrações Consolidadas do Plano de Gestão Administrativa
- Pg. 81** Demonstrações dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - Benefício Definido
- Pg. 82** Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Benefício Definido
- Pg. 83** Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Benefício Definido
- Pg. 84** Demonstrações dos Ativos Líquidos por Plano de Benefícios - Contribuição Definida
- Pg. 85** Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - Contribuição Definida
- Pg. 86** Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - Contribuição Definida
- Pg. 87** Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
- Pg. 126** Extrato da Ata do Conselho Deliberativo
- Pg. 127** Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores da
FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar
Salvador - BA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“Fundação”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 21 de março de 2016, que não conteve qualquer modificação.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 17 de março de 2017.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP 015.199/F-6

Shirley Nara S. Silva

Contadora CRC 1BA-022.650/O-0

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Balancos patrimoniais consolidados
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Disponível		1.714	788
Realizável		1.706.168	1.576.176
Gestão previdencial	7	3.571	3.124
Gestão administrativa	8	55	61
Investimentos	9	1.702.543	1.572.991
Fundos de investimento		1.641.923	1.511.006
Investimentos imobiliários		21.954	22.372
Empréstimos e financiamentos		38.666	39.613
Permanente		520	464
Imobilizado		520	464
Total do ativo		1.708.403	1.577.428

	Nota	2016	2015
Passivo			
Exigível operacional	10	2.828	1.434
Gestão previdencial		1.265	664
Gestão administrativa		1.527	749
Investimentos		36	21
Exigível contingencial	11	40.848	35.881
Gestão previdencial		40.848	35.881
Patrimônio social		1.664.727	1.540.113
Patrimônio de cobertura do plano	12	1.583.628	1.458.508
Provisões matemáticas		1.508.187	1.380.549
Benefícios concedidos		956.388	831.763
Benefícios a conceder		551.799	548.786
Equilíbrio técnico		75.441	77.959
Superávit técnico acumulado		75.441	77.959
Fundos	13	81.098	81.605
Fundos previdenciais		40.988	44.471
Fundos administrativos		38.036	35.403
Fundos dos investimentos		2.074	1.731
Total do passivo		1.708.403	1.577.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Patrimônio social - início do exercício	1.540.113	1.462.626	5
Adições	251.960	198.175	27
Contribuições previdenciais	24.719	20.667	20
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	214.186	162.088	32
Receitas administrativas	7.964	11.433	(30)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	4.749	3.740	27
Constituição de fundos de investimento	342	247	38
Destinações	(127.346)	(120.688)	6
Benefícios	(112.473)	(107.455)	5
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(4.794)	(5.099)	(6)
Despesas administrativas	(10.079)	(8.134)	24
Acréscimo no patrimônio social	124.614	77.487	61
Provisões matemáticas	127.638	75.521	69
Superávit técnico do exercício	(2.517)	(10.368)	(76)
Fundos previdenciais	(3.482)	5.048	(169)
Fundos administrativos	2.633	7.039	(63)
Fundos dos investimentos	342	247	38
Patrimônio social - final do exercício	1.664.727	1.540.113	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	35.403	28.364	25
Custeio da gestão administrativa	12.712	15.173	(16)
Receitas	12.712	15.173	(16)
Custeio administrativo da gestão previdencial	7.699	6.234	24
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	264	261	1
Resultado positivo líquido dos investimentos	4.749	3.740	27
Outras receitas	-	4.938	(100)
Despesas administrativas	(10.079)	(8.134)	24
Administração previdencial	(7.446)	(5.852)	27
Pessoal e encargos	(3.349)	(2.515)	33
Treinamentos/congressos e seminários	(231)	(251)	(8)
Viagens e estadias	(159)	(147)	8
Serviços de terceiros	(1.007)	(743)	36
Despesas gerais	(1.764)	(1.451)	22
Depreciações e amortizações	(108)	(97)	11
Tributos	(793)	(643)	23
Outras despesas	(35)	(5)	600
Administração dos investimentos	(2.633)	(2.282)	15
Pessoal e encargos	(1.241)	(1.119)	11
Treinamentos/congressos e seminários	(122)	(51)	139
Viagens e estadias	(47)	(61)	(23)
Serviços de terceiros	(400)	(378)	6
Despesas gerais	(688)	(523)	32
Depreciações e amortizações	(15)	(14)	7
Tributos	(114)	(92)	24
Outras despesas	(6)	(44)	(86)
Sobra da gestão administrativa	2.633	7.039	(63)
Constituição do fundo administrativo	2.633	7.039	(63)
Fundo administrativo do exercício atual	38.036	35.403	7

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios – Benefício Definido
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativos	548.148	524.853	4
Disponível	539	4	13.375
Recebível	10.150	10.248	(1)
Investimento	537.459	514.601	4
Fundos de investimento	526.544	503.133	5
Investimentos imobiliários	8.678	8.844	(2)
Empréstimos e financiamentos	2.237	2.624	(15)
Obrigações	35.870	30.857	16
Operacional	674	88	666
Contingencial	35.196	30.769	14
Fundos não previdenciais	6.967	7.328	(5)
Fundos administrativos	6.962	7.328	(5)
Fundos dos investimentos	5	-	-
Ativo líquido	505.311	486.668	4
Provisões matemáticas	395.188	369.396	7
Superávit técnico	75.441	77.959	(3)
Fundos previdenciais	34.682	39.313	(12)
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	75.441	77.959	(3)
Ajuste de precificação	44.962	50.469	(11)
Equilíbrio técnico ajustado	120.403	128.428	(6)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - Benefício Definido
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	486.668	458.864	6
Adições	65.809	73.743	(11)
Contribuições	33	-	-
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	65.776	73.743	(11)
Destinações	(47.166)	(45.939)	3
Benefícios	(41.178)	(40.454)	2
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(4.268)	(4.365)	(2)
Custeio administrativo	(1.720)	(1.120)	54
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	18.643	27.804	(33)
Provisões matemáticas	25.793	33.560	(23)
Fundos previdenciais	(4.633)	4.611	(200)
Déficit técnico do exercício	(2.517)	(10.367)	(76)
Ativo líquido - final do exercício	505.311	486.668	4
Fundos não previdenciais	6.967	7.328	(5)
Fundos administrativos	6.962	7.328	(5)
Fundos dos investimentos	5	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Benefício Definido
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Varição (%)
Provisões técnicas	541.186	517.525	5
Provisões matemáticas	395.188	369.396	7
Benefícios concedidos	387.952	363.243	7
Benefício definido	387.952	363.243	7
Benefício a conceder	7.236	6.153	18
Benefício definido	7.236	6.153	18
Equilíbrio técnico	75.441	77.959	(3)
Resultados realizados	75.441	77.959	(3)
Superávit técnico acumulado	75.441	77.959	(3)
Reserva de contingência	75.441	71.848	5
Reserva para revisão de plano	-	6.111	(100)
Fundos	34.687	39.313	(12)
Fundos previdenciais	34.682	39.313	(12)
Fundos dos investimentos - gestão previdencial	5	-	-
Exigível operacional	674	88	666
Gestão previdencial	672	84	700
Investimentos - gestão previdencial	2	4	(50)
Exigível contingencial	35.196	30.769	14
Gestão previdencial	35.196	30.769	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - Contribuição Definida
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Varição (%)
Ativos	1.158.729	1.051.826	10
Disponível	907	664	37
Recebível	31.457	28.279	11
Investimento	1.126.365	1.022.883	10
Fundo de investimento	1.076.660	972.366	11
Investimentos imobiliários	13.276	13.528	(2)
Empréstimos e financiamentos	36.429	36.989	(2)
Obrigações	6.279	5.708	10
Operacional	627	597	5
Contingencial	5.652	5.111	11
Fundos não previdenciais	33.143	29.807	11
Fundos administrativos	31.074	28.075	11
Fundos dos investimentos	2.069	1.732	19
Ativo líquido	1.119.307	1.016.311	10
Provisões matemáticas	1.112.999	1.011.153	10
Fundos previdenciais	6.308	5.158	22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - Contribuição Definida
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	1.016.311	973.913	4
Adições	180.795	115.246	57
Contribuições	32.385	26.901	20
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	148.410	88.345	68
Destinações	(77.800)	(72.848)	7
Benefícios	(71.294)	(67.000)	6
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(527)	(734)	(28)
Custeio administrativo	(5.979)	(5.114)	17
Acréscimo no ativo líquido	102.995	42.398	143
Provisões matemáticas	101.845	41.961	143
Fundos previdenciais	1.150	437	163
Ativo líquido - final do exercício	1.119.306	1.016.311	10
Fundos não previdenciais	33.143	29.807	11
Fundos administrativos	31.074	28.075	11
Fundos dos investimentos	2.069	1.732	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Contribuição Definida

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
Provisões técnicas	1.127.655	1.023.751	10
Provisões matemáticas	1.112.999	1.011.153	10
Benefícios concedidos	568.436	468.520	21
Contribuição definida	568.436	468.520	21
Benefício a conceder	544.563	542.633	-
Contribuição definida	544.563	542.633	-
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	238.781	239.358	-
Saldo de contas - parcela participantes	305.782	303.275	1
Fundos	8.377	6.890	22
Fundos previdenciais	6.308	5.158	22
Fundos dos Investimentos - gestão previdencial	2.069	1.732	19
Exigível operacional	627	597	5
Gestão previdencial	593	580	2
Investimentos - gestão previdencial	34	17	100
Exigível contingencial	5.652	5.111	11
Gestão previdencial	5.652	5.111	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“FAELBA” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, localizada à Avenida Tancredo Neves, 450, sala 3.302, Caminho das Árvores, Salvador-BA, constituída em 31 de outubro de 1974 sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 1.681, de 6 de julho de 1979, publicada no DOU de 10 de julho de 1979, processo MPAS nº 301.855/79.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC), e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgadas pelo Banco Central do Brasil, tendo como órgão fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001, e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados e/ou instituídos, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e assegurar a seus participantes (ativos, autopatrocinados, assistidos e pensionistas) as prestações estabelecidas em seus planos de benefícios previdenciários mediante seus respectivos regulamentos.

De acordo com artigo 34 da Lei Complementar nº 109/01, a FAELBA é uma Entidade multipatrocinada que atualmente administra dois planos de benefícios previdenciários, quais sejam:

a) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Denominado Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC sob o nº 19.740.005-83, é um plano coletivo, de característica solidária, em que os participantes e o patrocinador contribuem para o plano. Nesse modelo de plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos salários reais de contribuição (SRC), devidamente corrigidos pelos índices de reajuste salarial do patrocinador. O plano BD está fechado à novas adesões desde 30 de setembro de 1998. Além dos assistidos, o plano ainda conta com participantes ativos remanescentes do processo de migração.

b) PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Denominado Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - FAELFLEX, é registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) sob o nº 19.980.036-47. Nesse modelo de plano, no momento da filiação do participante fica definido o valor que ele e o patrocinador vão contribuir mensalmente. Essas contribuições, do participante e do patrocinador, acrescidas das rentabilidades mensais, formam a reserva matemática do participante no plano de benefício. Esse montante será o suporte para o pagamento dos benefícios, quando o participante reunir as condições para se aposentar. Esse plano encontra-se aberto a novas adesões.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- **Das contribuições de suas patrocinadoras**, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, a própria FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e Tracol Serviços Elétricos Ltda. No plano de contribuição definida (CD), para os exercícios findos em 2016 e 2015, as patrocinadoras COELBA e FAELBA contribuíram com valor igual à contribuição do participante, mais 0,51% (0,51% em 2015) do salário real de contribuição dos participantes ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 2,00% (2,00% em 2015) para cobertura das despesas administrativas. Para a patrocinadora Tracol ficou estabelecido o valor igual à contribuição do participante, mais 0,76% (0,76% em 2015) do salário real de contribuição dos participantes ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 1,41% (1,41% em 2015) para cobertura das despesas administrativas.
- **Das contribuições de seus participantes**, em que o participante do Plano CD no momento da sua filiação dispõe de cinco faixas de contribuição: 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição. Conjuntamente a isso, o patrocinador passa a contribuir com igual valor, formando a sua reserva matemática. Já para os participantes do Plano BD, em dezembro de 2010 ocorreu a quitação do Plano BD e consequente suspensão definitiva das contribuições, em decorrência do superávit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010, conforme parecer atuarial.
- **Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos**, que obedecem ao disposto na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações (Resoluções Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 e nº 3.846, de 25 de março de 2010), estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Entidade aplica a totalidade de seus recursos dentro do país e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos participantes ativos, base para o recebimento das contribuições e pela atualização do cadastro de participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía um total de 5.370 (5.313 em 2015) participantes, conforme composição a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Benefício definido	5	6	720	738	251	253	976	997
Contribuição definida	2.990(*)	2.989(*)	1.404(**)	1.327(**)	-	-	4.394	4.316
	2.995	2.995	2.125	2.065	250	253	5.370	5.313

(*) Este número contempla participantes em condições de vinculados, autopatrocinados e desligados, suspensos, cancelados e auxílio doença.

(**) Este número contempla participantes em condições de pecúlio e aguardando concessão de pecúlio morte.

PERFIS DE INVESTIMENTO

A FAELBA implantou os perfis de investimento para o plano misto de benefícios previdenciários nº 1 - FAELFLEX, a partir de março de 2008 possibilitando aos participantes desse plano, optar por uma das três modalidades de perfis:

O **perfil Básico**, em que os recursos são aplicados 100% em renda fixa, imóveis, operações com participantes e estruturados;

O **perfil Diferenciado**, em que o participante pode optar pela alocação de 10% a 50% da sua reserva matemática em renda variável; e

Implantado em janeiro de 2014, o **perfil Conservador** aplica 100% do patrimônio em ativos indexados ao CDI e/ou SELIC em um fundo de renda fixa condominial fechado.

Os três perfis de investimento estão com as seguintes composições acumuladas das reservas em 31 de dezembro de 2016:

Perfil	Qtde de participantes	Volume de recursos (*)	Rentabilidade (%)
Básico	887	689.528	14,24
Diferenciado	2.233	103.069	24,33
Conservador	1.174	325.644	13,33
Total	4.394	1.118.241	

(*) Não incluído o saldo de R\$ 5.242 relativo à valorização das cotas ainda não incorporadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPCC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e alterações e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A estruturação contábil e as demonstrações financeiras são apresentadas segregadas em 3 (três) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, em consonância com a Resolução MPS/CNPCC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterações, as quais sejam:

- **Gestão previdencial** - atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.
- **Gestão administrativa** - atividade de registro e de controle das receitas e despesas administrativas, do ativo permanente, bem como dos fatos inerentes à administração dos planos de benefícios.

Os registros das operações administrativas são efetuados em um ambiente contábil denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio chamado fundo administrativo, segregado por plano de benefícios.

- **Fluxo dos investimentos** - atividade de registro e controle referentes à aplicação dos recursos da gestão previdencial e da gestão administrativa. Tais registros são efetuados em contas específicas dentro de cada gestão.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2017.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras consolidadas e por plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2016, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (ver Nota explicativa nº 13), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (ver Nota explicativa nº 12), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas e por plano foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações financeiras.

6. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

a) REGISTRO DAS ADIÇÕES, DEDUÇÕES, RECEITAS, DESPESAS, RENDAS/VARIAÇÕES POSITIVAS E DEDUÇÕES/VARIAÇÕES NEGATIVAS

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimento, são escrituradas pelo regime de competência.

b) RESERVAS MATEMÁTICAS E FUNDOS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Para o plano BD são apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Para o plano CD, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos participantes. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e pensionistas.

c) PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são as seguintes:

i) PROVISÃO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii) PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO E RESPECTIVOS ENCARGOS

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários que são provisionados no Plano de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

iii) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, efetivando o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no ativo realizável.

iv) PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por plano de benefício assegurado aos participantes ou aos seus beneficiários na forma prescrita no regulamento do plano de benefícios.

- **Benefícios concedidos** - correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes e beneficiários já em gozo de benefício.
- **Benefícios a conceder** - registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a nota técnica atuarial.

d) ATIVO REALIZÁVEL - FLUXO DE INVESTIMENTOS

Na gestão dos seus investimentos, a Entidade utiliza a estrutura UNIFUNDO, em que os recursos financeiros são aplicados solidariamente entre os planos de benefícios e a estrutura MULTIFUNDO que tem por característica a gestão individualizada dos recursos financeiros por planos de benefícios. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

i) CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS/FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E MULTIMERCADO

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em parecer atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados desses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

ii) AÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE AÇÕES

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência.

A avaliação dos ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição; última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações financeiras. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

iii) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear a taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos. As receitas provenientes dos aluguéis são registradas no resultado, na rubrica “Investimentos imobiliários” na gestão de investimentos.

iv) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela Entidade deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização desses créditos. Entende-se por valor atualizado, o valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais.

Os empréstimos a participantes são remunerados de acordo com os critérios abaixo:

Modalidade	Prazo	Participantes	Taxa de juros 2016	Taxa de juros 2015
Empréstimo pré-fixado	-	Plano BD e CD	-	11,93% a.a.
	-		-	12,53% a.a.
	-		-	13,12% a.a.
Empréstimo pós-fixado (*)	De 1 a 60 meses	Plano BD	INPC + 4,60% a.a.	INPC + 4,60% a.a.
	De 1 a 72 meses	Plano CD		
Empréstimo emergencial	Até 12 meses	Plano BD e CD	INPC + 4,60% a.a.	INPC + 4,60% a.a.

(*) Também chamado de empréstimo flutuante

Em novembro de 2015, por determinação do Conselho Deliberativo da FAELBA, foram suspensas novas concessões de empréstimo na modalidade pré-fixada, bem como concessões de empréstimos a participantes em situação de resgate parcelado.

TAXA DE RISCO

Taxa cobrada mensalmente sobre as parcelas dos empréstimos concedidos a participantes do Plano CD e no ato da concessão a empréstimos concedidos a participantes do Plano BD para constituição de fundos com a finalidade específica de liquidar o saldo devedor do participante em caso de falecimento.

Plano CD

Modalidade	Taxa de risco
Pós-fixado	0,03% a.m.
Emergencial	0% a.m.

Plano BD

Faixa etária na concessão	Taxa de risco		Prazo máximo de amortização	
	Sem aval	Com aval	Pós-fixado	Emergencial
Até 60 anos	0,41%	-	60 meses	12 meses
De 61 a 65 anos	0,80%	-	60 meses	12 meses
De 66 a 70 anos	0,85%	Sim	48 meses	12 meses
De 71 a 75 anos	1,06%	Sim	24 meses	12 meses
Acima de 75 anos	1,34%	Sim	12 meses	12 meses

e) IMOBILIZADO

Estão registrados ao custo de aquisição e direito do uso de Software, deduzidos de depreciação e amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para computadores e periféricos.

f) OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. O critério para determinação do saldo do fundo administrativo está descrito na Nota Explicativa nº 13 b).

As fontes de custeio da gestão administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

IMPOSTO DE RENDA E PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053 que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, onde o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

7. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, observando-se o plano de custeio. As contribuições são reconhecidas pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição definida que são efetuados com base no regime de caixa.

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está composta conforme discriminado a seguir:

	2016	2015
Contribuições normais do mês		
Autopatrocinados	-	1
Outros recursos a receber		
Outros recursos a receber	3	-
Depósitos judiciais/recursais		
Depósitos judiciais	3.568	3.123
	3.571	3.124

8. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Contribuições para custeio		
Responsabilidade de empregados	55	58
Responsabilidade de terceiros	-	3
	55	61

9. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS E PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos consolidados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentados a seguir:

	2016	2015
Fundos de investimento	1.641.923	1.511.006
Renda fixa	1.047.622	909.343
Ações	112.688	120.235
Multimercado	473.666	474.961
Participações	7.947	6.467
Investimentos imobiliários	21.954	22.372
Aluguéis e renda		
Uso próprio	1.525	1.552
Locadas a terceiros	5.546	5.621
Rendas de participações	14.883	15.199
Empréstimos e financiamentos	38.666	39.613
	1.702.543	1.572.991

INVESTIMENTOS POR PLANO

A Entidade aplica os recursos dos planos de benefícios nos segmentos conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e estão posicionados em 31 de dezembro de 2016 da seguinte forma:

	BD	CD	PGA	Total
Renda fixa				
Fundos de renda fixa	525.070	483.832	38.719	1.047.621
Multimercados	-	445.645	-	445.645
Renda variável				
Fundos de ações	-	101.062	-	101.062
Investimentos estruturados				
Participações	1.411	6.377	-	7.788
A receber	63	96	-	159
Multimercados	-	28.021	-	28.021
Investimentos no exterior				
Fundos de ações	-	11.627	-	11.627
	526.544	1.076.660	38.719	1.641.923
Imóveis	8.678	13.276	-	21.954
Operações com participantes	2.237	36.429	-	38.666
	537.459	1.126.365	38.719	1.702.543

Em dezembro de 2016, houve o encerramento do BNY Mellon GTD Fundo de Investimentos em Participações. No entanto, a liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2017, sendo que R\$ 96 para o Plano CD e R\$ 63 para o Plano BD.

	2016	2015
FIP GTD - CD	-	187
FIP GTD - BD	-	122
	-	309

DESEMPENHO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS

Segmentos	Rentabilidade dos ativos consolidada		Rentabilidade dos ativos plano BD		Rentabilidade dos ativos plano CD		Rentabilidade dos ativos PGA	
	% Ano 2016	% Ano 2015	% Ano 2016	% Ano 2015	% Ano 2016	% Ano 2015	% Ano 2016	% Ano 2015
Renda fixa	14.00	14.21	13.41	16.70	14.36	12.75	13.72	13.16
Renda variável	25.20	(10.31)	-	-	25.20	(10.31)	-	-
Investimentos no exterior	(14.58)	46.04	-	-	(14.58)	46.04	-	-
Investimentos estruturados	11.97	(14.85)	1.16	(56.05)	12.57	(8.10)	-	-
Investimentos imobiliários	7.58	7.04	7.58	7.04	7.58	7.04	-	-
Operações com participantes	13.49	14.64	14.43	10.39	13.35	15.32	-	-
Média do rendimento	14.32	11.47	13.29	15.87	14.86	9.26	13.72	13.16

INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

No segundo semestre de 2013 a FAELBA fez aporte em ações da GTD Participações no Fundo de Investimentos em Participações denominado BNY MELLON GTD FIP, que foi criado com o intuito de viabilizar o fechamento de capital e posterior extinção da GTD Participações.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Considerando a necessidade de diversificação das estratégias, em maio de 2014 a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimentos no exterior, voltados à atuação global (companhias domiciliadas ou com atividades em países desenvolvidos e com alto crescimento em dividendos) e a mercados desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão, Canadá, dentre outros).

O segmento de investimento no exterior no plano CD apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio de R\$ 11.627 (R\$ 7.040 em 2015).

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, respectivamente, a composição dos títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

i) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, devendo ser precificados a valor de mercado.

ii) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

A composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação	67.631	1.001.743	1.164.560	38.719	47.667	1.078.173	
Títulos públicos	-	-	1.670	-	60	1.610	
Títulos Públicos Federais	-	-	1.670	-	60	1.610	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	1.670	-	60	1.610	
Fundos de Investimentos	67.631	1.001.743	1.162.890	38.719	47.607	1.076.564	
Renda Fixa	715	39.105	84.915	38.719	46.196	-	
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RE	24	33.134	38.719	38.719	-	-	
LFT	2	10.760	13.917	13.917	-	-	2018 a 2022
LTN	22	15.667	18.087	18.087	-	-	2018 a 2020
Op Compromissadas LTN-O	-	6.707	6.710	6.710	-	-	2020
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	5	5	-	-	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	691	5.971	46.196	-	46.196	-	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	690	-	42.287	-	42.287	-	
DEBENTURES	1	5.196	3.154	-	3.154	-	2017 a 2020
Op Compromissadas LTN-O	-	775	775	-	775	-	2019
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(20)	-	(20)	-	
Ações	65.469	174.083	202.038	-	-	202.038	
FT FEF CD FIA	2.895	55.633	55.386	-	-	55.386	
Ações	2.767	47.773	52.089	-	-	52.089	
Cotas de Fundo	128	7.860	7.860	-	-	7.860	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(4.563)	-	-	(4.563)	
Cotas de Fundos Abertos	62.574	118.450	146.651	-	-	146.651	
CAIXA IMA-B5 RF LP	28.465	48.627	61.328	-	-	61.328	
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	6.292	-	-	6.292	
BBM VALUATION II FIA	7.541	6.500	11.465	-	-	11.465	
BNY ARX EXTRA FIF	207	1.000	1.583	-	-	1.583	
PLURAL EHGE30 FICFIM	4.761	6.000	7.528	-	-	7.528	
POLLUX AÇÕES INST I	4.071	6.427	8.166	-	-	8.166	
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	6.273	-	-	6.273	
GARDE DARTA FIC FIM	3.274	5.000	5.383	-	-	5.383	
BB MM BLACKROCK IE	4.252	6.158	7.068	-	-	7.068	
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	9.385	-	-	9.385	
VOTO ALLIA EURO EQ G	3.364	4.842	4.559	-	-	4.559	
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	3.084	-	-	3.084	
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	1.625	-	-	1.625	
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	2.470	-	-	2.470	
SAFRA GALILEO FI MM	23	8.000	10.444	-	-	10.444	

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Multimercados	1.409	391.812	445.645	-	-	445.645	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	32	134.017	153.627	-	-	153.627	
LF	0	3.033	3.563	-	-	3.563	2017 a 2018
LFT	11	75.755	91.148	-	-	91.148	2017 a 2020
LTN	1	636	812	-	-	812	2019
NTN-B	17	48.031	51.044	-	-	51.044	2017 a 2050
NTN-F	4	3.212	3.717	-	-	3.717	2021 a 2025
Debentures	-	2.242	2.251	-	-	2.251	2019 a 2020
Op Compromissadas LTN-O	-	1.108	1.108	-	-	1.108	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(16)	-	-	(16)	
ITAU FIM FEF CD	28	147.370	153.658	-	-	153.658	
LF	0	24.000	26.466	-	-	26.466	2017 a 2019
LFT	8	64.830	67.823	-	-	67.823	2017 a 2019
NTN-B	20	58.540	59.383	-	-	59.383	2017 a 2055
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(14)	-	-	(14)	
HSBC FIM FEF CD	11	63.424	70.551	-	-	70.551	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	0	-	1.631	-	-	1.631	
DEBENTURES	1	4.248	5.208	-	-	5.208	2018 a 2020
LF	0	3.600	4.668	-	-	4.668	2017
LFS	0	3.600	3.814	-	-	3.814	2017
LFT	4	31.783	35.388	-	-	35.388	2018 a 2022
NTN-B	6	17.333	18.518	-	-	18.518	2017 a 2050
Op Compromissadas LTN-O	-	2.860	2.861	-	-	2.861	2019
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(1.538)	-	-	(1.538)	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT	1.337	47.002	67.809	-	-	67.809	
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	1.336	-	14.685	-	-	14.685	
CHE 9 FIDC SEN	1	-	726	-	-	726	
FIDC RCI BRASIL I	1	-	554	-	-	554	
QUEST YIELD FIC FIRF	191	-	299	-	-	299	
ITAU INST ALOCAÇÃO D	207	-	2.652	-	-	2.652	
MODAL MULT INST FIF	514	-	2.275	-	-	2.275	
SILVERADO 6 SER MAX	1	-	35	-	-	35	
SULAM RF ATIVO FI LP	40	-	1.409	-	-	1.409	
SULAM INFLATIE FIRFL	93	-	2.705	-	-	2.705	
Sul America Ind FIRF	289	-	4.030	-	-	4.030	
DEBENTURES	1	6.136	6.379	-	-	6.379	2018 a 2022
LF	0	3.300	3.899	-	-	3.899	2017
LFSN	0	10.800	14.138	-	-	14.138	2021 a 2022
LFT	1	6.771	8.742	-	-	8.742	2020 a 2021
Op Compromissadas LTN-O	-	19.995	20.005	-	-	20.005	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(39)	-	-	(39)	
Referenciado	38	396.743	422.504	-	-	422.504	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	38	396.743	422.504	-	-	422.504	
LFT	38	291.582	317.309	-	-	317.309	2017 a 2022
Op Compromissadas LFT-O	-	105.161	105.215	-	-	105.215	2022
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(20)	-	-	(20)	
Participações	0	-	7.788	-	1.411	6.377	
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0	-	4.436	-	1.411	3.024	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal II FIP	0	-	940	-	-	940	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal FIP	0	-	2.412	-	-	2.412	

Em 31 de dezembro de 2015

Descrição	TOTAL		PGA		BD	CD	VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação	90.101	967.192	1.015.870	35.507	7.997	972.366	
Fundos de Investimentos	90.101	967.192	1.015.870	35.507	7.997	972.366	
Renda Fixa	376	31.997	41.968	35.507	6.461	-	
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RF	19	24.893	35.507	35.507	-	-	
LFT	2	12.568	15.512	15.512	-	-	2016 a 2020
LTN	17	12.325	13.103	13.103	-	-	2017 a 2019
Op Compromissadas LTN-O	8	6.884	6.887	6.887	-	-	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	4	4	-	-	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	356	7.104	6.461	-	6.461	-	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	355	1.908	1.908	-	1.908	-	
DEBENTURES	1	5.196	4.577	-	4.577	-	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(25)	-	(25)	-	
Ações	80.682	219.890	211.368	-	-	211.368	
FT FEF CD FIA	2.375	48.308	43.184	-	-	43.184	
Ações	2.326	45.682	40.058	-	-	40.058	
Cotas de Fundo	49	2.626	2.626	-	-	2.626	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	500	-	-	500	
Cotas de Fundos Abertos	78.307	171.582	168.185	-	-	168.185	
GAVEA ACOES FIC FIA	33	6.427	5.942	-	-	5.942	
BB PREV IMAB5+ RF TP	12.796	19.697	19.805	-	-	19.805	
CAIXA IMA-B5 RF LP	28.465	48.627	53.241	-	-	53.241	
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	5.146	-	-	5.146	
BBM VALUATION II FIA	7.541	6.500	8.800	-	-	8.800	
BNY ARX EXTRA FIF	207	1.000	1.270	-	-	1.270	
HSBC DEVL MKT FIM IEP	1.623	2.000	3.481	-	-	3.481	
ARX FIA	407	13.030	4.000	-	-	4.000	
PLURAL EHGE30 FICFIM	4.761	6.000	7.135	-	-	7.135	
POLLUX AÇÕES INST I	4.071	6.427	6.181	-	-	6.181	
JGP EXPLORER INS FIA	33	4.854	4.795	-	-	4.795	
GUEPARDO INST 60 FIA	1.557	2.000	1.129	-	-	1.129	
BB MM BLACKROCK IE	1.809	2.000	3.559	-	-	3.559	
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	6.850	7.564	-	-	7.564	
GUEPARDO INST.FICFIA	1.775	3.739	2.396	-	-	2.396	
BTGPACTUAL DIVID FIA	5.916	15.264	13.559	-	-	13.559	
KONDOR LX FIQ FIM	1.503	2.000	2.666	-	-	2.666	
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	1.702	-	-	1.702	
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	2.170	-	-	2.170	
VICTOIRESMALL CAPFIA	701	1.500	790	-	-	790	
SAFRA GALILEO FI MM	23	6.000	7.018	-	-	7.018	
FIASULAM TARPONGOVERI	5	5.475	5.839	-	-	5.839	

Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Titulos para negociacão							
Multimercados	8.984	417.855	456.873	-	-	456.873	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	37	119.679	129.180	-	-	129.180	
LF	0	8.157	9.818	-	-	9.818	2016 a 2018
LFT	9	61.643	68.229	-	-	68.229	2018 a 2020
LTN	1	636	632	-	-	632	2019
NTN-B	15	39.970	41.295	-	-	41.295	2016 a 2055
NTN-F	4	3.212	2.969	-	-	2.969	2021 a 2025
LFS	0	600	730	-	-	730	2022
Op Compromissadas LTN-O	7	5.461	5.464	-	-	5.464	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	45	-	-	45	
ITAU FIM FEF CD	25	114.263	122.888	-	-	122.888	
LF	0	15.300	17.800	-	-	17.800	2016 a 2018
LFT	8	54.855	60.460	-	-	60.460	2017 a 2020
Opções	-	20	0	-	-	0	
NTN-B	17	44.088	44.644	-	-	44.644	2016 a 2055
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(16)	-	-	(16)	
HSBC FIM FEF CD	5.653	128.595	145.264	-	-	145.264	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	1.702	9.154	9.154	-	-	9.154	
DEBENTURES	1	4.249	5.454	-	-	5.454	2018 a 2020
LF	0	14.700	17.477	-	-	17.477	2016 a 2017
LFS	0	3.600	3.856	-	-	3.856	2017
LFT	7	42.924	48.605	-	-	48.605	2016 a 2021
LTN	27	22.414	27.979	-	-	27.979	2016
NTN-B	10	25.028	26.938	-	-	26.938	2016 a 2023
NTN-F	6	6.021	5.262	-	-	5.262	2021
Swap	3.900	504	504	-	-	504	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	36	-	-	36	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	3.269	55.318	59.540	-	-	59.540	
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	3.261	18.448	18.448	-	-	18.448	
CHE 9 FIDC SEN	1	727	727	-	-	727	
FIDC RCI BRASIL I	1	554	554	-	-	554	
QUEST YIELD FIC FIRF	191	263	263	-	-	263	
FIDC MONSANTO II 2S	0	397	397	-	-	397	
FIDC EXODUS 04 EMIS	0	300	300	-	-	300	
PLURAL CAPINSTFICFIM	1.795	3.465	3.465	-	-	3.465	
PLURAL INST 15 FIC	825	1.101	1.101	-	-	1.101	
SILVERADO 6 SER MAX	1	567	567	-	-	567	
SULAMERICAEXCELLENDI	116	6.025	6.025	-	-	6.025	
SULAM INFLATIE FIRFL	93	2.154	2.154	-	-	2.154	
Sul America Ind FIRF	239	2.894	2.894	-	-	2.894	
DEBENTURES	1	2.760	3.517	-	-	3.517	2018 a 2020
LF	0	4.201	4.460	-	-	4.460	2016 a 2017
LFSN	0	10.800	12.158	-	-	12.158	2021 a 2022
LFT	2	13.795	15.654	-	-	15.654	2019 a 2021
Op Compromissadas LTN-O	6	5.314	5.317	-	-	5.317	2016
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(14)	-	-	(14)	
Referenciado	53	290.566	299.193	-	-	299.193	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	53	290.566	299.193	-	-	299.193	
LFT	33	235.611	244.193	-	-	244.193	2016 a 2021
Op Compromissadas NTN-O	20	54.955	55.013	-	-	55.013	2017
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(12)	-	-	(12)	
Participações	1	-	6.468	-	1.536	4.931	
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0	-	4.444	-	1.414	3.030	
Cotas de Fundos - BNY Mellon GTD FIP	0	-	309	-	122	187	
Cotas de Fundos - Lacam Florestal FIP	0	-	1.714	-	-	1.714	



Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data de encerramento do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Ações de companhias abertas, cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;
- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os certificados de depósito bancário (CDB) são valorizados com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data de publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

Em 31 de dezembro de 2016:

Descrição	BD			VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	160	369.711	516.934	
Fundos de Investimentos	160	369.711	516.934	
Renda Fixa	160	369.711	516.934	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	160	369.711	516.934	
LFT	2	13.563	20.067	2017
LFT	1	3.429	5.073	2018
LFT	0	1.501	2.220	2019
LFT	0	200	202	2022
NTN-B	3	5.171	8.354	2020
NTN-B	27	46.193	77.334	2024
NTN-B	6	14.602	18.306	2030
NTN-B	31	52.742	85.744	2035
NTN-B	25	57.710	79.270	2040
NTN-B	50	135.312	169.817	2050
NTN-B	10	27.873	31.130	2055
NTN-C	2	3.519	6.155	2017
NTN-C	4	7.896	13.262	2021

Em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	BD			VENCTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	162	368.433	495.136	
Fundos de Investimentos	162	368.433	495.136	
Renda Fixa	162	368.433	495.136	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	162	368.433	495.136	
LFT	2	13.563	17.600	2017
LFT	1	3.429	4.450	2018
LFT	1	4.235	5.494	2019
LFT	1	8.922	10.352	2020
NTN-B	6	11.009	17.663	2017
NTN-B	3	5.171	7.816	2020
NTN-B	31	53.747	83.916	2024
NTN-B	6	14.602	17.149	2030
NTN-B	31	52.742	80.313	2035
NTN-B	25	57.710	74.464	2040
NTN-B	44	116.410	141.772	2050
NTN-B	6	15.479	16.128	2055
NTN-C	2	3.519	5.705	2017
NTN-C	4	7.896	12.313	2021

Os títulos da FAELBA mantidos até o vencimento têm prazos entre 2017 a 2055.

De acordo com o estudo de fluxo das obrigações ALM - Asset Liability Management realizado pela empresa de consultoria RiskOffice, a Administração da Entidade realizou no exercício de 2016 operações de alongamento de títulos públicos federais dentro do Fundo de Investimentos do Plano BD denominado FEF - HSBC FI RENDA FIXA FEF ATUARIAL BD (compras de NTN-Bs com vencimentos em 2050), conforme descrito na tabela abaixo:

Data da operação	Título	Vencimento	C/V	Qtde	Taxa de carregamento	Taxa negociada
13/05/2016	NTN-B	15/08/2024	V	1.800	6,9300%	5,7710%
13/05/2016	NTN-B	15/08/2024	V	2.500	6,4500%	5,7710%
13/05/2016	NTN-B	15/08/2055	C	4.205	-	5,8490%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	2.419	7,2100%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	287	4,2400%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	1.090	6,3500%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	1.850	7,0300%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	51	6,6500%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/05/2017	V	671	4,6300%	6,1700%
20/12/2016	NTN-B	15/08/2050	C	6.213	-	5,9500%

O objetivo apontado pelo estudo do fluxo das obrigações ALM foi ajustar a liquidez dos ativos do Plano BD a suas necessidades atuariais e mitigar o risco de reinvestimento, já que os títulos públicos adquiridos possuíam taxas superiores a meta atuarial (INPC + 4,10% a.a em 2016), tendo como efeito a melhora da solvência patrimonial do plano.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A FAELBA adotou desde o exercício de 2014 a precificação de ativos em consonância com as Resoluções MPS/PREVIC/DC nºs 15 e 16, ambas de 12 de novembro de 2014.

O valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos até vencimento para o exercício de 2016 foi de R\$ 44.962 (R\$ 50.469 em 2015), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Natureza	Vencimento	Quantidade	PU Taxa de aquisição	PU recalculado	Vir. contábil	Vir. ajustado	Ajuste
NTN-B	15/08/2020	2.800	2.983	3.181	8.353	8.907	554
NTN-B	15/08/2024	10.150	2.865	3.333	29.080	33.833	4.753
NTN-B	15/08/2024	10.000	2.870	3.333	28.699	33.333	4.634
NTN-B	15/08/2024	1.300	2.680	3.333	3.483	4.333	850
NTN-B	15/08/2024	5.441	2.956	3.333	16.082	18.136	2.054
NTN-B	15/08/2030	2.008	3.056	3.518	6.136	7.064	928
NTN-B	15/08/2030	1.915	2.741	3.518	5.249	6.737	1.488
NTN-B	15/08/2030	2.350	2.945	3.518	6.922	8.267	1.345
NTN-B	15/05/2035	6.450	2.764	3.591	17.825	23.160	5.335
NTN-B	15/05/2035	9.500	2.752	3.591	26.146	34.112	7.965
NTN-B	15/05/2035	1.600	2.887	3.591	4.404	5.745	1.342
NTN-B	15/05/2035	7.998	2.842	3.591	23.093	28.718	5.625
NTN-B	15/05/2035	3.000	2.884	3.591	8.527	10.772	2.245
NTN-B	15/05/2035	2.000	3.071	3.591	5.769	7.181	1.413
NTN-B	15/08/2040	1.500	3.090	3.737	4.606	5.606	999
NTN-B	15/08/2040	3.371	3.692	3.737	10.416	12.598	2.182
NTN-C	01/07/2017	1.667	3.563	3.734	6.155	6.224	70
NTN-C	01/04/2021	3.722	3.563	3.880	13.261	14.442	1.181
					224.206	269.168	44.962

g) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição dos investimentos imobiliários está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31/12/2015	Depreciação do exercício	Saldos em 31/12/2016
Uso próprio	1.538	(28)	1.510
Locados a terceiros	5.602	(108)	5.495
Rendas de participações	15.199	(316)	14.883
	22.339	-	21.888
Aluguéis a receber	33	-	66
Total	22.372		21.954

h) EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

O resumo das operações com participantes está a seguir demonstrado:

	Plano BD		Plano CD		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos a participantes	2.237	2.623	36.429	36.990	38.666	39.613
	2.237	2.623	36.429	36.990	38.666	39.613

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa à inadimplência de operações de empréstimos e financiamentos, constituída conforme estabelecido na legislação vigente, possuía em dezembro de 2016 um saldo de R\$ 5.414 (R\$ 4.598 em 2015).

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são assim demonstrados:

GESTÃO PREVIDENCIAL

	2016	2015
Benefícios a pagar	8	7
Retenções a recolher	743	505
Recursos antecipados	40	35
Outras exigibilidades	474	117
	1.265	664

GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
Contas a pagar		
Fornecedores	599	196
Pessoal	542	378
Credores diversos	218	72
Retenções a recolher	88	36
Tributos a recolher	80	67
	1.527	749

INVESTIMENTOS

	2016	2015
Investimentos imobiliários	6	6
Empréstimos e financiamentos	19	8
Relacionados com o disponível	11	7
	36	21

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FAELBA registra os valores de depósitos judiciais efetuados, bem como as expectativas de perda das ações classificadas como possíveis e prováveis das demandas judiciais relativas aos seus planos de benefícios previdenciários de acordo com os relatórios mensais das consultorias jurídicas relativos às ações cíveis, trabalhistas e fiscais ajuizadas.

A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 40.848 (R\$ 35.881 em 2015) segregadas por planos previdenciais conforme a seguir:

	2016	2015
<i>Plano BD</i>		
Possível	17.295	15.168
Provável	17.901	15.602
	35.196	30.770
<i>Plano CD</i>		
Possível	2.497	1.771
Provável	3.155	3.340
	5.652	5.111
	<hr/> 40.848	35.881

a) CONTINGÊNCIAS ATIVAS

REPARAÇÃO DE DANOS

A FAELBA, em conjunto com seu patrocinador COELBA, moveu ação ordinária de reparação de danos contra seu ex-diretor administrativo-financeiro, cuja gestão ocorreu no período de maio de 1991 a agosto de 1992, por entender que foram prejudicadas em decorrência de atos do diretor administrativo-financeiro da Fundação.

A petição de cumprimento de sentença, continua aguardando despacho do Juíz da 6ª Vara da Fazenda Pública, porquanto no curso do processo, na fase de Recurso de Apelação, o Réu veio a falecer e, em decorrência desse fato, o Juíz tem encontrado dificuldade de proceder a citação dos sucessores para integrar o processo.

OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (OFND)

Em 1986, a OFND foi criada por meio do Decreto-Lei nº 2.288, com o objetivo de financiar o desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na ampliação das atividades econômicas do país.

Em 1991 a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na qualidade de substituta processual das suas filiadas ajuizou ação, com o objetivo de assegurar às associadas o refazimento dos cálculos com a atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento e dos respectivos rendimentos, adotando-se o IPC no lugar do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento dos valores resultantes desse novo cálculo devidamente corrigidos.

Em 2011, a ABRAPP deu início ao processo de Execução, e a Entidade recebeu em 14/10/2011 o Ofício nº 4650/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, fazendo referência à ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) movida pela ABRAPP a favor de suas associadas contra a União Federal. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em face da decisão judicial favorável às EFPC e considerando a manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC, quanto ao registro contábil da ação em curso, informa que na atual fase do processo não é possível apurar os valores devidos ainda pendentes de liquidação e não há embasamento jurídico para o registro contábil.

A PREVIC determinou às EFPC que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, de acordo com o princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC de nº 750/1993, alterada pela Resolução CFC de nº 1.282/2010 e a Resolução CFC de nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A FAELBA não tem contabilizado nenhum ativo ou contingências, referente a expurgos inflacionários incidentes sobre OFND, decisão tomada por não encontrar documentos comprobatórios suficientes para os cálculos.

Em setembro de 2014 foi julgado o Agravo de Instrumento interposto pela ABRAPP em face da decisão que determinou a execução do acórdão em que foi reconhecido que as OFNDs adquiridas pelas filiadas da associação deve ser proposta e processada ação individualmente, por cada entidade. O acórdão trouxe por a necessidade de uma liquidação de sentença, com vistas a apurar de forma individualizada o crédito de cada entidade filiada, uma vez que cada instituição adquiriu uma quantidade específica de OFNDs.

No final do exercício de 2015 foram distribuídos os processos de liquidação de sentença tendo a FAELBA ficado enquadrada no Grupo G-9 de acordo com o deliberado em Assembleia da ABRAPP. Em 2016 foi protocolada petição requerendo juntada da certidão de objeto e pé da ação ordinária nº 910123902-3 para comprovação do trânsito em julgado. Aguardando despacho da determinação para de citação da União.

b) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

MANDADO DE SEGURANÇA DO PIS E DA COFINS

Em agosto de 2007, a FAELBA, por entender indevida a cobrança do PIS e COFINS em função da sua atividade, impetrou através do escritório Linhares & Advogados Associados o mandado de segurança para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS. O processo foi e acolhido parcialmente o pleito formulado, tendo a FAELBA interpôsto recurso de apelação para reformar a decisão, que está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região.

A FAELBA enquanto aguarda julgamento do recurso continua efetuando o recolhimento dos tributos de acordo com a legislação vigente.

AUTO DE INFRAÇÃO - CSLL

Em dezembro de 2005 foi lavrado Auto de Infração referente ao lançamento de constituição de crédito tributário de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) relativa aos períodos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 no valor atualizado de R\$73.152.

Em janeiro de 2006 a Entidade impugnou o auto através do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados e não efetuou provisão contábil deste montante por entender, conforme parecer jurídico, ser remota a probabilidade de perda para os exercícios de 1997 e 1998, por conta da decadência, reconhecida pela DRJ - de Salvador - Receita Federal do Brasil (RFB) e possível relativo ao mérito para os exercícios de 1999 a 2001 a probabilidade de execução da referida exigência fiscal. Em janeiro de 2014 os autos foram remetidos para o Conselho de Administrativo de Recursos Fiscais em que aguardam o julgamento.

12.PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Compreende os recursos líquidos dos planos com finalidade exclusiva de cobrir os respectivos benefícios previdenciários. É o resultado da soma das provisões matemáticas e do equilíbrio técnico.

Para atendimento da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e da Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, e suas alterações, que estabelecem parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos planos de benefícios da FAELBA no encerramento do exercício de 2016 foi apresentada através de relatório atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade. Os cálculos atuariais são efetuados pela Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda., atuários independentes contratados pela Entidade.

O parecer do atuário independente relativo ao exercício de 2016 foi datado de 10 de março de 2017 (29 de fevereiro de 2016 para o exercício de 2015).

A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2016 e 2015:

Exercício 2016

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,33%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	2,43% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	qx SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%	q_x da CSO-58* (masculino)
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_{xi} = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	i_x da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para a patrocinadora Tracol.

Exercício 2015

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros		
	4,10%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	2,43% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 15%	q_x da CSO-58*
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) desagravada em 10%	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (MÉDIA)	i_x da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para o patrocinador Tracol.

Em 31 de dezembro de 2016, as provisões matemáticas dos planos e o superávit técnico acumulado estão assim demonstrados:

CONSOLIDADO

	2016	2015
Benefícios concedidos	956.388	831.763
Contribuição definida	568.436	468.520
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	387.952	363.243
Benefícios a conceder	551.799	548.786
Contribuição definida	549.805	546.516
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	6.811	5.725
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	425	428
Resíduo valoração mensal de cotas	(5.242)	(3.883)
Equilíbrio técnico	75.441	77.959
Patrimônio de cobertura do plano	1.583.628	1.458.508

PLANO BD

	2016	2015
Benefícios concedidos	387.952	363.243
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	387.952	363.243
Benefícios a conceder	7.236	6.153
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	6.811	5.725
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	425	428
Equilíbrio técnico	75.441	77.959
Patrimônio de cobertura do plano	470.630	447.355

PLANO CD

	2016	2015
Benefícios concedidos	568.436	468.520
Contribuição definida	568.436	468.520
Benefícios a conceder	544.563	542.633
Contribuição definida	549.805	546.516
Resíduo valoração mensal de cotas	(5.242)	(3.883)
Patrimônio de cobertura do plano	1.112.999	1.011.153

As provisões matemáticas do plano de benefício definido (BD) foram constituídas com base nos cálculos atuariais. As provisões matemáticas do plano de contribuição definida (CD) foram constituídas com base no somatório dos créditos acumulados e capitalizados nas contas individuais dos participantes. O equilíbrio técnico é apurado pela diferença entre o patrimônio de cobertura do plano e as provisões matemáticas.

A situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários (BD) nº 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliada pelo regime/método de financiamento atuarial agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior) bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,33% ao ano, em função da necessidade de adequação ao limite para adoção de taxa real de juros estabelecido pela legislação vigente e das tábuas de mortalidade geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%” e de mortalidade de inválidos “ $q_x^i = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”, adotadas em função dos resultados apresentados no Estudo de Adequação de Hipóteses do Plano, apresentou em 31 de dezembro de 2016 um superávit técnico acumulado de R\$ 81.082 equivalente a 20,52% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, de R\$ 395.188, cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 75.441 discriminado como Reserva de Contingência (equivalente a 19,09% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 5.640, como Reserva Especial para Revisão de Plano. Conforme a Resolução MPS/CGPC 26/2008 e alterações, após o decurso de 3 (três) exercícios consecutivos haverá destinação obrigatória integral da Reserva Especial para Revisão de Plano apurada em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 5.640.

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e suas alterações, foram suspensas em definitivo todas as contribuições do plano BD, parte participante e a contrapartida patronal, conforme estabelecido na avaliação atuarial. Os valores das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura do plano, correspondem ao valor presente dos benefícios do plano referido no inciso I do artigo 25 da citada Resolução.

A rentabilidade nominal líquida do plano de benefício definido (BD) obtida ao longo de 2016 foi de 13,99% (18,41% em 2015), contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,79% (15,52% em 2015), o que, em termos reais, representou obter 6,16% (6,70% em 2015), contra uma expectativa atuarial de 4,10% ao ano, aplicado o INPC do IBGE, com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do plano.

A rentabilidade líquida do plano de contribuição definida (CD) expressada pela variação positiva da cota que ao longo de 2016 foi de 14,24% (12,02% em 2015) para o perfil Básico, 24,33% (negativa de 8,83% em 2015) para o perfil Diferenciado e 13,33% (12,98% em 2015) para o perfil Conservador.

TAXA DE JUROS

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, tomamos por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em agosto de 2016 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31 de dezembro de 2015 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31 de dezembro de 2015, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016.

Conforme apresentado no JM/0209/2017, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,21% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,21% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC Nº 186 de 28/04/2016, para a Duração do Passivo de 9,45 anos, que varia de 4,33% ao ano até 6,59% ao ano.

Neste contexto, após a FAELBA solicitar a PREVIC a manutenção da Taxa Real de Juros de 4,10% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2016, o pleito foi negado pela PREVIC e a FAELBA optou por adotar a Taxa Real de Juros de 4,33% ao ano, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A Resolução CGPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, tendo como principais alterações os avanços na precificação dos passivos atuariais dos planos de benefícios, o reforço da necessidade de adequação das premissas às características dos planos e a padronização da forma de cálculo da duração do passivo (*duration*). Ver Nota Explicativa 9.b.

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit. A FAELBA adotou a referida Resolução desde o exercício de 2014, estando aderente às premissas para apurar o resultado, destinar e utilizar o valor registrado como reserva especial para revisão de plano.

Segundo o artigo 11 o valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2016	2015	Varição (%)
Equilíbrio técnico (a)	75.441	77.959	(3)
Ajuste de precificação (b)	44.962	50.469	(11)
Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	120.403	128.428	(2)

REGRA DE SOLVÊNCIA

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios para destinação e utilização do superávit dos planos de benefícios previdenciários, em função da *duration* do passivo atuarial, ou seja, o horizonte de tempo dos fluxos de caixa dos planos de benefícios. Anterior à Resolução nº 22, quando da ocorrência de superávit, esse deveria ser registrado na reserva de contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas. Com o advento da Resolução nº 22, o limite da reserva de contingência passa a ser proporcional à duração do passivo do plano, dado pela fórmula $10\% + (duration \times 1\%)$.

Sendo a *duration* do plano BD de 9,09 anos (9,45 anos em 2015) foi adotado para cálculo da reserva de contingência o limite de 19,09% das provisões matemáticas reavaliadas em 31 de dezembro de 2016, em substituição ao limite de 25%, conforme estabelecido pelas novas regras apresentadas pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

DA DESTINAÇÃO DA RESERVA ESPECIAL

A destinação integral da reserva especial para revisão de plano no valor de R\$ 5.640 apurado no exercício de 2016, distribuídos à razão de 53,43% para participantes e assistidos e 46,57% para o patrocinador, com base nas contribuições normais, se apresenta conforme segue:

Distribuição	2016	2015
Assistidos	2.981	8.288
Participantes	33	99
Patrocinador	2.626	7.309
Total	5.640	15.696

13. FUNDOS

a) FUNDOS PREVIDENCIAIS

Constituído para dar garantias aos respectivos planos de benefícios previdenciais de possíveis desequilíbrios, e cuja constituição e reversão são efetuadas com base em parecer atuarial. É atualizado pela rentabilidade dos seus respectivos planos.

a.1) PLANO BD

Em conformidade com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012, que estabeleceu critérios para apuração do resultado, destinação e utilização do superávit das EFPC, o valor registrado como reserva para revisão do plano (que corresponde à parcela do superávit excedente ao valor registrado como reserva de contingência) na posição de 31 de dezembro de 2016 está sendo utilizado para concessão de “benefício temporário” para os participantes com a devida contrapartida da patrocinadora COELBA, registrado em fundo específico e cuja reversão deve ser aprovada pela PREVIC.

Abaixo apresentamos os saldos na posição 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Conta	Nome da conta	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
23210000000	Fundos previdenciais	34.682	39.313
23210200000	Revisão de plano	33.919	38.620
	Fundo benefício temporário participantes	148	100
	Fundo benefício temporário assistidos	8.804	8.598
	Fundo COELBA	24.967	29.922
23210300000	Outros - Previsto em nota técnica atuarial	762	693
	Participantes	762	693

REVISÃO DE PLANO

Fundo Benefício Temporário Participantes: R\$148 (R\$100 em 2015)

Constituído exclusivamente pelos benefícios temporários a serem pagos aos ativos, inclusive autopatrocinados e optantes pelo benefício patrocinado definido - BPD, no ato da aposentadoria.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento de 1,35 benefícios temporários.

Fundo Benefício Temporário Assistidos: R\$8.804 (R\$8.598 em 2015)

Constituído exclusivamente pelos benefícios temporários oriundos da distribuição do superávit.

Em agosto de 2016, o valor de R\$ 345, do fundo benefício temporário assistidos superávit 2014, foi reclassificado para o exigível operacional, por se tratar de valores a pagar a beneficiários. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 357, atualizado pela rentabilidade do plano.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou o pagamento de 1,35 benefícios temporários a serem pagos após aprovação pela PREVIC.

Fundo COELBA: R\$24.967 (R\$ 29.922 em 2015)

Constituído pela contrapartida patronal referente a todos os benefícios temporários pagos aos participantes e assistidos.

I) FUNDO COELBA - REVERTIDO 2015: R\$12.656 (R\$20.441 EM 2015)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente a todos os benefícios temporários dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 destinados aos participantes e assistidos.

Em Novembro de 2016 a PREVIC por meio do Ofício nº 3635/CGTR/DITEC aprovou a reversão em 36 parcelas do fundo especial ao patrocinador. Por solicitação da patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do plano CD, ciclo iniciado a partir de novembro de 2016.

ii) FUNDO COELBA - DISTRIBUIÇÃO SUPERÁVIT 2014: R\$1.747 (R\$2.172 EM 2015)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos benefícios temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2014.

Em março de 2016, a PREVIC aprovou a reversão em 36 parcelas dos valores do Fundo COELBA constituído pela contrapartida patronal referente a distribuição voluntária do Superávit no exercício de 2014, por meio do Ofício nº 583/CGTR/DITEC/PREVIC de 08 de março de 2016. Por solicitação da patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do plano CD, ciclo iniciado a partir de abril de 2016.

iii) FUNDO COELBA - DISTRIBUIÇÃO SUPERÁVIT: R\$7.938 (R\$7.309 EM 2015)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos benefícios temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2015.

Para o exercício de 2016, o Conselho Deliberativo aprovou a destinação ao patrocinador COELBA, a título de reversão de contribuições, a partir da aprovação da PREVIC, em conformidade com o regulamento do plano.

iv) OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL

Fundo Benefício Temporário : R\$ 762 (R\$ 693 em 2015)

Fundo constituído pelos valores remanescentes a pagar dos benefícios temporários de exercícios anteriores e atualizado pela rentabilidade do plano BD.

a.2) PLANO CD

RESÍDUO DA RESERVA: R\$ 1.290 (R\$ 809 EM 2015)

Constituído pela parcela da reserva formada pelas contribuições do patrocinador, não resgatáveis pelo participante no momento do seu desligamento.

Em setembro de 2006 foi transferido do fundo de resíduo de reserva do patrocinador Tracol Serviços Elétricos Ltda. o valor de R\$104 para compensação de parcelas vencidas e vincendas do patrocinador, conforme autorização do Conselho Deliberativo.

O valor foi registrado em receitas futuras e corrigido pela rentabilidade do plano CD. Em dezembro 2016 o saldo residual para compensação era de R\$40 (R\$35 em 2015).

FUNDO DE RISCO: R\$5.017 (R\$4.349 EM 2015)

Fundo constituído pelos patrocinadores para cobertura da parcela da reserva que seria constituída pelo participante no período compreendido entre a idade de ocorrência do sinistro (morte /invalidez) e a idade para aposentadoria.

b) FUNDOS ADMINISTRATIVOS

O fundo da gestão administrativa é constituído pelo ativo permanente, pela diferença positiva entre as receitas provenientes das fontes de custeio definidas no regulamento do PGA e as despesas administrativas, e atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos administrativos. Esse fundo é destinado à cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios previdenciários, bem como assegurar a cobertura do ativo permanente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas comuns: rateadas na proporcionalidade de 30% para o plano BD e 70% para o plano CD; e
- Despesas específicas: alocadas diretamente ao plano que as originou.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2016 era de R\$38.036 (R\$35.403 em 2015) distribuídos da seguinte forma:

Fundo administrativo	2016	2015
Benefício definido	6.962	7.328
Contribuição definida	31.074	28.075
	38.036	35.403

c) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

O fundo dos investimentos é constituído pela taxa de risco cobrada na concessão do empréstimo, com o objetivo de assegurar a quitação do saldo na eventualidade de falecimento do devedor. É atualizado monetariamente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.074 (R\$1.731 em 31 de dezembro de 2015) distribuídos da seguinte forma:

Fundo de investimento	2016	2015
Benefício definido	5	-
Contribuição definida	2.069	1.731
	2.074	1.731

14. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa (“PGA)””, no ativo, e “Participação no fundo administrativo do PGA”, no passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada plano de benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo plano de benefícios previdenciários em contas do ativo e passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

Augusto da Silva Reis

Diretor Superintendente

CPF nº 175.733.005-49

Francisco Artur de Lima Moacyr

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF nº 091.815.715-34

Alvaro Moreira de Pinho Neto

Diretor de Seguridade

CPF nº 220.660.125-72

Selina Petersen Pinto da Silva Souza

Contadora - CRC - BA - 020885/0

CPF nº 677.099.235-34

EXTRATO DA ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXTRATO DA ATA DA 372ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FAELBA - FUNDAÇÃO COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2017

DATA, HORA E LOCAL: 24 de março de 2017, às 14h30, na Sede da Faelba, na Cidade de Salvador – Bahia.

CONSELHEIROS PRESENTES: Ricardo José Barros Valente, Antônio Fernando Guedes de Brito Costa; Belarmino de Castro Dourado, Olegário da Silva Ferraz, Milton Menezes Campos Filho e Sérgio Souto Maia M. de Mello.

CONSELHEIROS CONVIDADOS: Marcio Caires Vasconcelos

ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÃO: 1.1) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2016; 1.2) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS 2016 PLANO BD E PLANO CD

1) DELIBERAÇÃO:

1.1) Demonstrações Financeiras Exercício 2016 - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2016, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado a metodologia de análise das Demonstrações Financeiras adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O documento apresentado fica anexo a esta ata.

Deliberação: O Conselho deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2016, conforme apresentadas ao Colegiado.

1.2) Demonstrações Atuariais 2016 Plano BD e Plano CD - O Conselho Deliberativo apreciou as Demonstrações Atuariais (DA's) do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da Faelba - patrocinado pela Coelba, CNPB nº 19.740.005-83, do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Coelba/Faelba, CNPB nº 19.980.036-47, e do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela Tracol, CNPB nº 19.980.036-47, referentes ao exercício de 2016, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal esclareceu ao Colegiado sobre a metodologia de apreciação das Demonstrações Atuariais adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a análise dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Os documentos ficam anexos a esta ata.

Deliberação: O Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Atuariais, conforme apresentadas ao Colegiado.

Salvador, 24 de março de 2017.
Ricardo José Barros Valente
Presidente do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais, conforme estabelece o art. 39, inciso II, do Estatuto Social da FAELBA – Fundação COELBA de Previdência Complementar, este Colegiado examinou os relatórios e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Analizamos as Demonstrações Atuariais dos planos de benefícios previdenciários, emitidas em 10 de março de 2017 pela consultoria Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas por (i) Balanço Patrimonial Consolidado; (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada); (iii) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada); (iv) Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdenciário; (v) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL; (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT por plano de benefício previdenciário; (vii) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras consolidadas; e (viii) Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young emitido em 17 de março de 2017.

As Demonstrações acima referidas representam adequadamente em todos os seus aspectos as posições Patrimonial e Financeira da FAELBA.

Recomendamos a aprovação das Demonstrações mencionadas, conforme estabelece o art. 20, inciso X, do Estatuto da Fundação.

Salvador, 17 de março de 2017.
Carmelita Novais dos Santos
Presidente

Leônidas Henriques Filho
Roque da Silveira

EXPEDIENTE

Conselho Deliberativo

Titulares

Ricardo José Barros Valente – Presidente;
Antonio Fernando Guedes de Brito Costa;
Belarmino de Castro Dourado.
João Vital de Souza;
Milton Menezes Campos Filho;
Sérgio Souto M. M. de Mello.

Suplentes

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis;
Iara Fernandes dos Santos;
José Antônio de Souza Brito;
Marcio Caires Vasconcelos.
Thiago Andrade Quinteiro;
Olegário da Silva Ferraz.

Conselho Fiscal

Titulares

Carmelita Novais dos Santos - Presidente.
Leônidas Henriques Filho;
Roque da Silveira.

Suplentes

Elson Magnavita de Menezes;
João Campos de Aragão;
Luiz Mário de Jesus Filho.

Diretoria Executiva

Augusto da Silva Reis
Diretor-Superintendente

Alvaro Moreira de Pinho Neto
Diretor de Seguridade

Francisco Artur de Lima Moacyr
Diretor Adm.- Financeiro

Realização:

Assessoria de Comunicação da Faelba
(ASCOM)

Jornalista Responsável, Edição e Revisão:

Rosângela Rocha - MT/PE 1.411.

Driagramação: Verônica Reis

Abril/2017

CA
NE
RNET
ONAI
ONAI



BAHIA



10

